



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
Departamento de Letras e Artes
Mestrado em Letras: Linguagens e Representações

BRUNO DE AZEVEDO SANTANA GUIMARÃES

GOLPES DE SENTIDO EM 2016: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO *BLOG*
JORNAL LIVRE

ILHÉUS-BAHIA
2019

G963

Guimarães, Bruno de Azevedo Santana.

Golpes de sentido em 2016: uma análise do blog
Jornal Livre / Bruno de Azevedo Santana Guimarães.
– Ilhéus, BA: UESC, 2019.

105f. il.

Orientadora: Maria D' Ajuda Alomba Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual
de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Le-
tras, Linguagens e Representações.

Inclui referências.

1. Análise do discurso. 2. Comunicações digitais.
3. Jornalismo – Linguagem. 4. Veracidade e falsida-
de. 5. Golpes de Estado. I. Título.

CDD 401.41

BRUNO DE AZEVEDO SANTANA GUIMARÃES

**GOLPES DE SENTIDO EM 2016: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO *BLOG*
*JORNAL LIVRE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Língua/Linguagem em perspectiva interdisciplinar.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria D’Ajuda Alomba Ribeiro

Co-orientador: Prof. Dr. Maurício Beck.

**ILHÉUS-BAHIA
2019**

BRUNO DE AZEVEDO SANTANA GUIMARÃES

**GOLPES DE SENTIDO EM 2016: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO *BLOG*
*JORNAL LIVRE***

Ilhéus-BA, 25 de março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria D’Ajuda Alomba Ribeiro

UESC – BA (orientador)

Prof^a. Dr^a. Silvia Regina Nunes

UNEMAT – MT

Prof^a. Dr^a. Marlúcia Mendes da Rocha

UESC – BA

À minha avó, Isaíra de Azevedo, e meu avô, Péricles Santana (in memoriam), pelo amor incondicional.

Aos analistas de discurso, que são constantemente desafiados a conquistar espaços muitas vezes minúsculos, mas essenciais no campo do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Norma Suely, pelo incentivo, admiração e por acreditar em mim quando nem eu acreditava. Meu amor e minha admiração sempre.

Ao meu irmão, Rodrigo de Azevedo, pelas palavras de estímulo, de conforto, pela amizade, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Nossa trajetória de vida transpassa as barreiras do tempo e do espaço.

Ao meu namorado, Luan Menezes, pelo apoio, compreensão nas ausências, nas abdições da companhia, por sempre entender que a necessidade do estudo muitas vezes suplantava a nossa vida, por sempre acreditar em mim.

Ao Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região, nas pessoas de Jorge Barbosa, Liamara Bricídio e Cid Brandão, pela compreensão e flexibilização dos meus horários, para que eu pudesse cumprir com todos os trâmites exigidos pelo colegiado. Meu muito obrigado.

Aos meus colegas do “círculo” (Jadla, Louise e Natasha), pelas risadas, pelo compartilhamento das angústias e dos sonhos, dos medos e das conquistas, pela amizade sincera. Não teria melhores pessoas para cruzar este caminho.

À minha orientadora, Maria D’Ajuda, por ter acreditado neste trabalho desde o primeiro momento, pela compreensão, pelo incentivo, pelo aprendizado, por ser inspiração. Sou grato pela oportunidade de ter vencido esta etapa ao teu lado.

Ao meu co-orientador, Maurício Beck, por ser um verdadeiro companheiro que me guiou pelos caminhos teóricos (nada fáceis) da Análise de Discurso (AD).
Minha enorme gratidão e admiração.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da UESC, por ter contribuído para o desenvolvimento de minha pesquisa, por meio de leituras e discussões realizadas nas aulas.

Aos amigos, que entenderam a minha ausência.

À UESC, a minha segunda casa.

GOLPES DE SENTIDO EM 2016: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO *BLOG* *JORNAL LIVRE*

RESUMO

Os jornais impressos e digitais, como Aparelhos Ideológicos, desenvolvem um papel importante no enquadramento da realidade de um fato, atribuindo-lhe o efeito de notícia. Para tanto, a notícia, torna-se um efeito ideológico (ora pessoal, ora institucional), que enquadra a realidade de um fato e é divulgada nas mídias jornalísticas. O presente trabalho, através da articulação teórica das Teorias da Comunicação e da Análise do Discurso Materialista (AD) pretende analisar notícias do *blog Jornal Livre* sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff que culminou, no dia 31 de agosto de 2016, no afastamento de seu cargo político. Deste modo, como objetivo geral, pretende-se compreender os modos de formulação e circulação do discurso do referido *blog* durante o processo de *impeachment* para verificar como tal mídia (re)significou o golpe em 2016. Objetiva-se, ainda, descrever as (ir)regularidades de sequências discursivas das notícias do *blog Jornal Livre*; e compreender como se constitui o discurso anti-esquerdista do *blog*. Como suporte teórico, utilizaremos as discussões de Michel Pêcheux ([1975] 2014), Bethânia Mariani (1998), Eni Orlandi (1999) sobre o discurso materialista e discurso jornalístico; os conceitos de valor-notícia e imparcialidade através de Mariani (1998), Pêcheux (2014), Franciscato (2014), Lage (1981) e Wolf (1999); as análises e reflexões acerca dos *Fake News* através dos conceitos de Harari (2018) e Dunker *et al* (2017); o discurso como acontecimento discursivo, Pêcheux (2015). Com o desenvolvimento de nosso trajeto teórico/reflexivo, espera-se compreender como os acontecimentos políticos são tratados nas mídias jornalísticas e como é a compreensão do funcionamento discursivo nos processos democráticos.

Palavras Chave: Discurso Materialista; Discurso Jornalístico; *Fake News*; Golpe.

SIGNS OF SENSE IN 2016: A DISCUSSION ANALYSIS OF THE FREE JOURNAL BLOG

ABSTRACT

Printed and digital newspapers, such as Ideological Apparatus, play an important role in framing the reality of a fact, attributing the news effect to it. For this, the news becomes an ideological effect (now personal, sometimes institutional), which fits the reality of a fact and is disclosed in the news media. The present work, through the theoretical articulation of the Theories of Communication and Analysis of the Materialist Discourse (AD) intends to analyze news from the Jornal Livre blog about the impeachment process of President Dilma Rousseff, which culminated, on August 31, 2016, of his political office. Thus, as a general objective, it is intended to understand the ways of formulating and circulating the discourse of said blog during the process of impeachment to verify how such media (re) meant the coup in 2016. It is also intended to describe the (go) discursive regularities of discursive sequences from the Jornal Livre blog news; understand how the anti-leftist discourse of the blog is constituted; and analyze the modes of circulation of the discourse having as object cuts of its public through the comments in the own blog. As a theoretical support, we will use the discussions of Michel Pêcheux ([1975] 2014), Bethânia Mariani (1998), Eni Orlandi (1999) on materialistic discourse and journalistic discourse; the concepts of value-news and impartiality through Mariani (1998), Pêcheux (2014), Franciscato (2014), Lage (1981) and Wolf (1999); the analyzes and reflections about the Fake News through the concepts of Harari (2018) and Dunker et al (2017); discourse as a discursive event, Pêcheux (2015). With the development of our theoretical / reflective path, one hopes to understand how political events are treated in journalistic media and how the discursive functioning in democratic processes is understood.

Keywords: Materialist Discourse; Journalistic Speech; Fake News; Media; Hit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....45

Figura 2.....61

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. Estudo dos meios Digitais.....	17
1.1. A definição pelo discurso na AD.....	19
1.2. O discurso no meio digital.....	21
1.3. O discurso jornalístico e a constituição dos sentidos.....	23
1.4. Discurso Jornalístico: a memória, o institucional e o jurídico.....	26
2. Valor-notícia x imparcialidade: a contradição jornalística.....	31
2.1 Aparelhos Ideológicos da Informação.....	36
2.2 Mídia: A hegemonia da direita conservadora no Brasil.....	42
2.3 As esquerdas restritas a mídia alternativa.....	47
3. A era <i>Fake News</i>.....	50
3.1 <i>Fake News</i> : uma novidade não tão nova assim.....	53
3.2 <i>Fake News</i> e pós-verdade.....	63
4. Gestos iniciais de análise.....	68
4.1 As (ir)regularidades discursivas.....	70
4.2. As contradições.....	94
Conclusão: Golpes de sentido.....	97
Referências.....	103

INTRODUÇÃO

A leitura de jornais além de proporcionar o acesso a informações pode, também, caracterizar-se como um ato subversivo, atividade que leva o sujeito a questionar as condições de existência, políticas governamentais, estratégias econômicas, dentre outros. Ler, portanto, extrapola o viés informativo e acaba por tornar visível, ou não, toda a tessitura social-política-econômica de uma nação. As notícias se tornam enquadramentos de uma realidade, ou de várias realidades, que comportam valores, visões e significados, ou seja, posições ideológicas.

O jornal impresso por muito tempo figurou como protagonista na prática informativa. Embora a realidade de muitos os impedisse de “consumir” as notícias que eram divulgadas no papel por questões econômicas ou educacionais, outros tantos obtinham na leitura do jornal informações cotidianas que moldavam, ou não, a percepção de mundo. O exercício da leitura diária está no imaginário social, como nos filmes de época, em que o menino de boina, bermuda e suspensório, brada as principais manchetes do dia a fim de vender o jornal que acabou de sair da gráfica e, uma vez nas mãos dos leitores, ávidos por novidades, fazem parte do cenário matutino de um café da manhã informativo.

Hoje, com o desenvolvimento tecnológico, a realidade se modificou. O jornal impresso já não ocupa o mesmo papel central do acesso à informação. As notícias estão à mão, através de mecanismos informativos como *tablets* e celulares; entretanto, tal mudança, não determinou o fim dos jornais impressos, mas mudou os padrões de interação humana que proporcionou uma nova forma de contato com o mundo e que é mediado por formas simbólicas (THOMPSON, 1998). Para uns, o desenvolvimento tecnológico foi importante quanto ao imediatismo em que as informações são divulgadas na mídia eletrônica; para outros, esse imediatismo causa uma ‘superficialidade’ de informações pela falta de tempo hábil na apuração da notícia (RAMONET, 2012).

Embora esses pontos sejam discordantes em relação ao tratamento dado à notícia, as tecnologias da informação, mediadas pelo *World Wide Web* (WWW), fazem parte da realidade de milhares de pessoas no mundo. Portais de notícias, *blogs* e sites de relacionamento são locais em que as diferentes informações inscrevem os sujeitos em diferentes posições político-ideológicas, bem como, permite o embate discursivo a partir das interações estabelecidas através da rede. Estar conectado ao mundo da Internet é poder ter acesso aos mais diversos campos do conhecimento e do entretenimento.

Conforme veremos em nosso trabalho, cinco famílias detém o monopólio da comunicação no país. Tendo como período histórico o processo de *impeachment* da presidenta Dilma e num ambiente de grande domínio midiático, a mídia tradicional, divulgaram diversas notícias que além de denegrirem o Partido dos Trabalhadores (PT) e, em especial Lula e Dilma, afirmavam que o processo de *impeachment* era legítimo. O cenário estava criado e o caminho pavimentado para a destituição de Dilma em 2016.

Por outro lado, não foi somente a grande mídia que apoiou o processo de *impeachment*. *Blogs* e sites de notícias independentes e que não pertenciam a nenhum grande grupo midiático, também pediam a saída da presidenta Dilma de seu cargo. A Associação dos Especialistas em Políticas Públicas de São Paulo (AEPPSP¹), com base em critérios de um grupo de estudo da Universidade de São Paulo (USP), através de uma ferramenta criada na própria universidade, mapeou os maiores sites de notícias do Brasil que disseminam opiniões sem crédito, informações falsas, não-cheçadas ou boatos pela internet.

Dentre os maiores sites está o *blog Jornal Livre* e, assim como os outros sites identificados pela associação da USP, o *Jornal Livre* não possui na página qualquer ferramenta que identifique seus administradores, corpo editorial ou jornalistas. Nos demais sites, quando existe, a página 'Quem Somos' não diz nada que permita identificar as pessoas responsáveis pelo site e seu conteúdo. Entretanto, segundo tal pesquisa, são sites cujas "notícias" não têm autoria,

¹ <https://aeppsp.org.br/>

são anônimos e tem grande circulação nas redes sociais, seja pelo *Facebook* e até correntes de *WhatsApp*.

É importante destacar, que o *Jornal Livre* não foi nossa primeira opção de escolha para este trabalho, mas sim, o *blog Ceticismo Político*, que foi apontado pela pesquisa como o maior site de notícias de divulgação sem autoria e pelo seu enorme compartilhamento nas redes de relacionamento. Para se ter uma ideia, a página do *Ceticismo* no *Facebook* tinha 106 mil curtidas e milhões de compartilhamentos. Contudo, assim que a pesquisa foi divulgada, acreditamos que, com medo de sofrer penalidades judiciais, o organizador do *blog* excluiu todo seu conteúdo e, assim, ficamos impedidos de coletar as notícias que iriam definir o nosso *corpus*. Tal exclusão, no entanto, não foi feita pelo *Jornal Livre*, que passou a ser nosso objeto de estudo.

O presente trabalho tem como proposta fazer uma articulação teórica entre a Análise de Discurso, doravante AD, e os estudos sobre o discurso digital, que definirão não só o funcionamento, mas o modo como os discursos estão presentes nos suportes materiais que estudaremos. Neste caso, serão analisadas notícias do *blog Jornal Livre* sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff que culminou, no dia 31 de agosto de 2016, no afastamento de seu cargo político.

Desta forma, já adiantamos que não haverá uma apropriação teórica de capítulos diferenciados desta articulação entre a AD e os conceitos da comunicação digital. Ou seja, nossa proposta é de uma articulação que se estenda sobre todos os capítulos teóricos e que serão retomados, se necessário, no capítulo da análise do *corpus*. Assim, cria-se uma dinâmica de leitura e entendimento mais fluida sobre o que é comum entre os dois assuntos, sem que uma teoria prevaleça sobre a outra.

Outro ponto importante sobre este trabalho que não poderíamos deixar de destacar, diz respeito às tomadas de posição dos diferentes grupos políticos frente ao processo de *impeachment* de 2016. A polarização “*impeachment*” e “golpe” são interpretações defendidas por posições ideológicas imaginariamente antagônicas (direita e esquerda) como forma de apoio ou repúdio ao processo num litígio de sentidos sobre o significado da democracia.

Portanto, enquanto uns enxergavam o processo como um ritual jurídico comum, outros afirmavam que tal rito não atendia à demanda para a destituição de Dilma Rousseff por não haver provas de responsabilidade que a incriminasse, logo, um golpe.

Por isso, veremos que neste trabalho não iremos repetir exaustivamente a palavra *impeachment* ou golpe a todo instante em todos os parágrafos, sendo substituído até mesmo por “processo”. Tal atitude de substituição trata-se de uma tentativa de distanciamento do sujeito analista de discurso para com o objeto (*Jornal Livre*), que é analisado discursivamente.

Ao considerar os pressupostos teóricos da AD em consonância com as teorias do jornalismo, questionarmo-nos quais as (ir)regularidades de sequências discursivas estão inscritas nas notícias divulgadas pelo *blog Jornal Livre*, durante o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff? Como essas (ir)regularidades (re)significaram o golpe em 2016?

O objetivo geral é compreender os modos de formulação e circulação do discurso do *blog Jornal Livre* durante o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Os objetivos específicos são: a) descrever as (ir)regularidades de sequências discursivas de notícias do *Jornal Livre* no período do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; b) compreender como se constitui o discurso anti-esquerdista do *Jornal Livre*; c) analisar as contradições, se houver, através da análise discursiva do *blog* mencionado.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, dividido em quatro tópicos, discutiremos sobre os estudos dos meios digitais: Apresentamos as considerações acerca dos aspectos tecnológicos e econômicos das empresas de comunicação como forma de proporcionar maior rentabilidade às suas corporações (CASTELLS, 2003); as disputas ideológicas entre os sujeitos-leitores (ZIZEK, 2015) além de uma reflexão acerca da relação do homem com a máquina (FLUSSER, 2007); abordaremos, também, a definição do discurso na AD (HENRY, 2014; PÊCHEUX, 2014a; MARIANI,

1998; ORLANDI, 2016). Ainda neste capítulo, refletiremos sobre memória, instituição e jurídico (MARIANI, 1998; PÊCHEUX, 2014b).

Tal capítulo nos faz refletir não só sobre a importância dos meios de comunicação em sociedade, tido socialmente como “o quarto poder”, mas também, ponderar que as tecnologias da informação e o uso que se faz delas, estão associadas ao mercado do capital. Dessa forma, traremos com mais detalhes os aspectos da produção da notícia e da informação, tida no imaginário social como um “direito”, mas que, como empresas, devem atender a uma lógica de mercado não só do lucro, mas, também, das determinações ideológicas de sua linha editorial.

No capítulo dois, discutiremos sobre as contradições teóricas e práticas acerca do jornalismo que envolve os conceitos de valores-notícia e imparcialidade (MARIANI, 1998; PÊCHEUX, 2014b; FRANCISCATO, 2014; LAGE, 1981; WOLF, 1999); a mídia como Aparelho Ideológico Midiático e as definições de sujeito (ALTHUSSER, 1987; PÊCHEUX, 2014b), a mídia hegemônica e a direita conservadora no país (MORAES, 2004; BORGES, 2009) e, ao término deste capítulo, refletiremos sobre a esquerda restrita à mídia alternativa (BORGES, 2014; ALTHUSSER, 2014).

Nesse mesmo capítulo, destacaremos como a mídia tradicional, que ocupa um papel hegemônico em nosso país, determina os sentidos das notícias para atender às demandas de mercado, além de manter uma linha ideológica e editorial “soberana” frente às mídias de esquerda que ocupam espaços menores. Tal desnível entre as mídias, ocorre no país por nunca ter tido políticas públicas que democratizassem o sistema de comunicação e, assim, famílias inteiras dominam o cenário informativo nacional pois detêm a administração das maiores empresas de comunicação.

Já no terceiro capítulo, trataremos sobre *Fake News*. Através de uma reflexão do tema, tentaremos descrever como o processo cria um “efeito de verdade” que surge, desde as fofocas orais (HARARI, 2018) até o mundo digital. Abordaremos os aspectos da circulação das notícias *fakes* e o efeito rumor (SILVEIRA, 2017) que dela resulta; e, para finalizar esse capítulo,

trataremos sobre pós-ética e pós-verdade no meio digital (DUNKER *et all*, 2017).

Tido como um processo de comunicação que fere a ética profissional dos jornalistas, as *fakes news* estão presentes no dia-a-dia dos sujeitos pois as tecnologias da informação, principalmente às tecnologias móveis, possibilitam o compartilhamento de conteúdo a todo instante. As bolhas de comunicação que se formam nos sites de relacionamento, também ajudam a propagar informações que muitas vezes são inverídicas, mas que, por possuir um efeito de verdade, são compartilhadas também como verdade. Veremos que o hábito de informar está associado ao processo evolutivo e histórico do homem como um ser social e, por isso, presente a todo o momento em sociedade.

No quarto capítulo, descreveremos como se efetivará o processo de análise e constituição do *corpus* de pesquisa, e analisaremos as notícias selecionadas de nosso arquivo categorizando-as nos referidos recortes discursivos. Nas considerações finais, refletiremos sobre os resultados da análise.

Ao considerar este “caminho” teórico-reflexivo, propomos pensar como os reflexos dos acontecimentos políticos, através da mídia, possibilitam a compreensão do funcionamento discursivo nos processos democráticos, como também, suas consequências a curto e longo prazo.

Pensar a mídia digital e os múltiplos discursos que nela circulam, é refletir sobre como os sujeitos tornam-se, também, agentes na transmissão de informações e que causam efeitos recorrentes e distintos. Já não se pensa mais nos meios de comunicação como únicos veículos de propagação da informação, todos os sujeitos, munidos de computadores ou tecnologias móveis, têm a possibilidade de informar.

1. Estudos dos meios digitais

A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição da sabedoria. – Karl Marx

Está no campo da evidência que os meios digitais são recursos importantes e usuais ao homem em sociedade. Em plena era digital, já não pensamos somente nos dígitos binários dos computadores, mas também, nas possibilidades da comunicação através dos dispositivos móveis utilizados por milhões de pessoas ao redor do mundo. Seja no campo pessoal, profissional ou no lazer, a utilização desses meios está ao passo do *click* de celulares, *tablets* e até relógios. As tecnologias da informação avançam e as empresas continuam a produzir e atualizar o maquinário a fim de proporcionar mais comodidade ao usuário e, claro, gerar mais rentabilidade às suas corporações.

Sobre os aspectos tecnológicos e econômicos, Manuel Castells (2003, p.49) afirma que:

a difusão da Internet a partir de círculos fechados de tecnólogos e pessoas organizadas em comunidades para a sociedade em geral foi levada a cabo por empresários. Só aconteceu na década de 1990, com a velocidade do raio [...] A Internet foi o meio indispensável e a força propulsora na formação da nova economia, erigida em torno de normas e processos novos de produção, administração e cálculo econômico.

A afirmação de Castells nos faz refletir sobre a importância das tecnologias da informação em sociedade, como também, de uma prática informacional que busca a prosperidade econômica. Visto isso, o percurso econômico se afasta, assim, do “efeito romântico” presente no imaginário social que diz respeito a informação como um “direito” concedido por empresas de comunicação comprometidas com a “verdade dos fatos”. Esse efeito imaginário é uma prática ideológica que se filia tanto ao modo como a sociedade “enxerga” as instituições de comunicação e a produção da notícia presente no discurso jornalístico.

Outro ponto interessante e destacado por Slavoj Žižek (2015, p.65), diz respeito ao confronto político-ideológico travado no mundo digital, principalmente no que concerne aos aspectos inerentes a luta de classes:

nossa comunalidade informacional emergiu recentemente como um dos territórios-chave da luta de classe em dois de seus aspectos: o econômico, no sentido estrito, e o sociopolítico. De um lado, a nova mídia digital nos confronta com o impasse da “pobreza intelectual”. A própria natureza da World Wide Web parece ser comunista, tendendo ao livre fluxo de dados – CDs e DVDs estão aos poucos desaparecendo, milhões de pessoas simplesmente baixam músicas e vídeos, quase sempre de graça. É por isso que o *establishment* empresarial se empenha numa luta desesperada para impor sobre esse fluxo a forma da propriedade privada mediante a aplicação das leis sobre a propriedade intelectual.

O autor também afirma que a mídia-digital ao mesmo tempo em que proporciona ao sujeito um senso de coletividade que é estabelecido pela internet e pelas tecnologias móveis, também fornece dados a empresas públicas e privadas através do rastreamento de ações dos sujeitos em rede (*WikiLeaks*). Ou seja, todas as ações, tudo o que se pesquisa em sites de relacionamentos e de busca, são rastreados por empresas. Essa “espionagem”, por exemplo, resulta num anúncio de algum produto que foi pesquisado pelo sujeito, momentos antes em algum site de compra.

Desta forma, entendemos que há um atravessamento do capital também nas tecnologias da informação como forma de mercado. Para alguns, esta prática pode ser interpretada como uma violação de privacidade. Para outros, uma comodidade já que o consumo faz parte do cotidiano. Entretanto, não queremos negar o desempenho das transformações tecnológicas da informação, mas sim, refletir sobre alguns pontos que estão inscritos no imaginário social e que produzem um efeito que não é transparente, mas opaco. Por isso, continuemos em nosso trajeto teórico/reflexivo acerca das tecnologias da informação e suas contribuições para a sociedade atual.

A relação do homem com a máquina é um ponto exaustivamente pesquisado no mundo acadêmico e, com as tecnologias da informação, não seria diferente. Esta relação, segundo o filósofo Vilém Flusser (2007), não é natural, mas social. Desta forma, toda relação mediada pelas tecnologias da

informação torna-se, para o autor, uma relação “artificial”, e relega às interações humanas como amamentar, por exemplo, uma relação humana natural. Todavia, entendemos que a comunicação, seja ela mediada por uma tecnologia, ou não, é, também, uma prática política-ideológica. Prática esta que analisaremos através da perspectiva discursiva.

Destarte, é preciso informar que no presente trabalho, investigaremos os sentidos em notícias publicadas em um blog de grande circulação digital. Portanto, nosso labor analítico será voltado para a noção de discurso, como supracitado. Filiado à teoria da Análise de Discurso Materialista, veremos a seguir um breve trajeto teórico para entender o discurso como objeto de estudo da teoria francesa.

1.1. A definição pelo *discurso* na AD

Informamos no tópico anterior que a comunicação ultrapassa a ideia de uma prática social, mas política-ideológica. Ao analisar a obra do filósofo Michel Pêcheux, ainda sob o pseudônimo de Thomas Herbert, o linguista e pesquisador, Paul Henry (2014, p. 24), esclarece que “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”. Este é um ponto importante da pesquisa pois, sob a teoria elaborada por Pêcheux, entende-se o discurso como instrumento da prática política.

Ao nomear o discurso como objeto de seu estudo, Pêcheux propõe uma ruptura no campo ideológico das “ciências sociais” e, juntamente com sua equipe de pesquisadores, cria um dispositivo experimental, a Análise Automática do Discurso (AAD69). Henry (2014, p.25) explica que houve duas razões para tal escolha: a primeira diz respeito a “relação oculta entre a prática política e as ‘ciências sociais’”; e a segunda sobre a “ligação entre a prática política e o discurso”. Enquanto o primeiro rompimento se refere à psicologia social e a sociologia; o segundo rompimento diz respeito à sua recusa do conceito vigente sobre linguagem, reduzida apenas como um instrumento de comunicação. Esse caráter reducionista camuflava a ligação da linguagem com a prática política, tornando-a um prolongamento das ciências naturais.

Os estudos sobre o discurso continuam e antes de lançar a obra *Semântica e Discurso – uma crítica a afirmação do óbvio*, em 1975, Pêcheux propõe em 1969, uma teoria que tenta explicar o funcionamento da materialidade discursiva. Através de um esquema sobre o discurso, o filósofo afirma que:

[...] o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B. Podemos, a partir de agora, enunciar os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso (PÊCHEUX, [1969] 2014a, p.81)

Tendo A e B como sujeitos distintos, Pêcheux define, desta forma, o conceito de discurso como o efeito de sentido entre locutores em dadas condições de produção histórica, desmistificando, assim, o conceito sociológico da época que estabelecia o discurso como sistema de normas individuais. Este efeito de sentido, ou seja, o campo semântico do discurso, encontra-se na relação entre os sujeitos e não no processo individual enunciativo de cada interlocutor.

Estava posto, assim, uma teoria discursiva que se “rebelava” com as teorias dominantes da época. Sobre este assunto, Bethania Mariani (1998, p. 23), explica que a Análise de Discurso se encontra no entremeio das ciências sociais e se posiciona criticamente às teorias da linguagem:

a escola francesa de análise do discurso (de agora em diante AD) se apresenta como sendo uma teoria crítica da linguagem, constituindo uma disciplina que, por se situar no entremeio das ciências sociais humanas, encontra-se sempre reinvestigando os fundamentos de seu campo de conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito.

Constituído num tripé teórico, a Análise de Discurso Materialista tem como fundamentos: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Assim, encontramos, num primeiro momento, os conceitos de língua, de ideologia, através do materialismo histórico, e de sujeito, oriundo da psicanálise Freud-lacaniana.

Eni Orlandi (2016, p.37) explica os aspectos históricos desta teoria e como o discurso é conceituado hoje:

historicamente, a análise de discurso, fundada por M. Pêcheux, se dá nos anos 60 do século XX. Filiada teoricamente aos movimentos de ideias sobre o sujeito, a ideologia e a língua, ela marca sua singularidade por pensar a relação da ideologia com a língua, afastando a metafísica, trazendo para a reflexão o materialismo e não sucumbindo ao positivismo da ciência da linguagem. Pós-estruturalista, se beneficia do não conteudismo – seja do sentido, seja do sujeito como origem. Nem formalista, nem funcionalista: materialista. Distancia-se deste espaço da objetividade prática a que os europeus, diz Pêcheux (2011), chamam de *liberalismo* ou *pragmatismo*. Este é um dos seus pontos de ataque: o *materialismo*.

Como teoria materialista, a Análise de Discurso preocupa-se, também, com o político e afasta-se das teorias que têm como cerne a análise de conteúdo. Desta forma, no presente trabalho, espera-se fazer uma reflexão crítica apoiada na linguística, a fim de destacar os aspectos de constituição do sujeito, que é outro fator que diferencia os conceitos de Pêcheux, dos demais pensadores das teorias do discurso (GADET E HAK, 2014).

1.2. O discurso no meio digital

Esse breve apanhado conceitual sobre a Análise de Discurso foi importante para delimitarmos nosso objeto de pesquisa teórica – o discurso. Dito isto, trabalharemos, por hora, sobre o discurso nas mídias eletrônicas digitais e buscaremos analisar os efeitos de sentidos presentes nestas mídias. Freda Indursky (2017, p.81), aponta as vantagens que a informática trouxe para a produção de sentidos na internet bem como o surgimento de um jornalismo que se filia a esta tecnologia como forma de ocupar um espaço alternativo de ideias:

a informática trouxe consigo, entre tantas inovações tecnológicas, a internet e, com ela, surge um conjunto de meios digitais de comunicação – portais, sites, *blogs* e *vlogs*. É nesse novo espaço que emerge a mídia eletrônica, possibilitando o surgimento de um jornalismo alternativo que faz circular uma produção eletrônica diferente, que aporta ao jornalismo político um outro estatuto, pois diferentes tomadas de posição se

fazem possíveis, a partir da filiação ideológica a outras redes de memória.

A mídia eletrônica, como espaço alternativo, permite uma maior circulação de sentidos e, segundo a autora, “abre a possibilidade para o surgimento de uma imprensa alternativa que acolhe outros modos de se relacionar com a ideologia dominante (*idem*, p.81). Isto é, jornalistas, pesquisadores e estudiosos lançam-se à Internet para veicular notícias e abordar assuntos não discutidos pela mídia tradicional.

Outro ponto interessante é que a materialidade digital permite que os acessos aos diferentes discursos sejam encontrados em rede por diferentes sujeitos ao redor do globo. Ou seja, não importa em qual parte do mundo o sujeito esteja, se há algum equipamento com acesso à internet, existe a possibilidade de acesso a estes discursos. Esta possibilidade nos faz refletir sobre o conceito de arquivo em rede.

Segundo Guilhaumou *et al* (2016, p. 116):

nossa abordagem atual considera a complexidade do fato arquivístico. O arquivo jamais é dado; à primeira vista, seu regime de funcionamento é opaco. [...] Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, em suas próprias materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes.

Desta forma, em AD, não concebemos a noção de arquivo semelhante a um acervo, um documento acessível ao *click* num mecanismo de busca de um site. O arquivo em rede, mesmo que institucional, se inscreve numa materialidade opaca em que podemos “extrair” diferentes modos de interpretação/identificação. Ou seja, a partir de gestos de leitura diferenciados, um mesmo arquivo pode fornecer diferentes sentidos.

Estes diferentes gestos de leitura arquivista, levou Pêcheux (2014 [1994]) a analisar o modo como “literatos” (historiadores, filósofos, pessoas de letras) e “científicos” se relacionavam com o arquivo. Segundo o autor, enquanto o grupo dos literatos se centrava numa leitura individual e solitária, o grupo dos científicos estava voltado ao desenvolvimento de uma “ciência” com

procedimentos e métodos de análises textuais. Àquela época, portanto, havia dois gestos analíticos que culminou numa divisão do trabalho de leitura.

Assim, Pêcheux (2014 [1994], p.62) esclarece que:

logo, nos encontramos diante de uma nova divisão do trabalho de leitura, uma verdadeira reorganização social do trabalho intelectual, cujas consequências repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica.

Entre essa divisão analítica, ou “divórcio”, como denominou o autor, existia a linguística, que atuava no entremeio das teorias e não entrava em conflito nem com os literatos, nem com os cientistas. Entretanto, as reflexões feitas por Pêcheux resultam num esclarecimento sobre a língua e os jogos de sentidos que acabam por ser o ponto central da leitura de um arquivo.

Sobre esses aspectos, Pêcheux (2014 [1994], p. 66) entende que:

[...] se o homem é assim capaz de jogar sobre o sentido, é porque, por essência, a própria língua encobre esse “jogo”, quer dizer o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história. É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.

É justamente por entender a língua deste ponto de vista que tomaremos o trabalho da imprensa como instituição que utiliza do jogo e da metáfora para a construção de sentidos. No próximo ponto vamos discutir acerca do discurso jornalístico para compreender seu funcionamento e características.

1.3. O discurso jornalístico e a constituição dos sentidos

A imprensa, como designação coletiva dos veículos de comunicação que exercem funções informativas, como o jornalismo, atua de forma incisiva no que se refere a tomada de decisões, inclusive políticas. Pensar nesta imprensa, inclusive, é reconhecer que o discurso jornalístico exerce um papel atuante na constituição de vários imaginários sociais.

Mariani (1998) pesquisou o imaginário do Partido Comunista do Brasil (PCB) a partir do discurso jornalístico, entre os anos de 1922 a 1989. Para a pesquisadora, a imprensa desempenha um papel importante ao interpretar os fatos e dar-lhe visibilidade, Mariani (1998, p. 59) denominou esta prática de “evento-notícia”, quando a partir de um relato jornalístico um acontecimento “ganha” uma direção de sentidos. Ainda segundo a pesquisadora, (*idem*, p.59-60), no entanto, ao desenvolver um estudo sobre o caráter institucional da prática discursiva jornalística percebe-se que:

os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis. Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizado filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros.

Dito isto, a prática jornalística “digere” o assunto para o leitor e, como resultado, cria-se a ilusão de significados entre causa e consequências dos fatos. Por conseguinte, entendemos que o discurso jornalístico se inscreve como um discurso *sobre*, por isso, Mariani (1998, p. 60) explica que:

os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre um discurso* de (“discurso origem”), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja.

Ao pensar o funcionamento do *discurso sobre*, compreende-se o mundo e os fatos como objeto, o que, de imediato, caracteriza o jornalista como um sujeito que não se “envolve” com os fatos relatados. Esta é uma condição que resulta num efeito de imparcialidade, logo, maior credibilidade de seu público.

Do ponto de vista discursivo, as notícias “ganham” sentido através do interdiscurso, um “já-la” que evoca a memória de fatos anteriores e que lembrem os acontecimentos atuais. Tal interdiscursividade só é possível por reconstruir através de processos parafrásticos os sentidos que estão presentes

na cadeia intertextual e que foram construídas ao longo do tempo (MARIANI, 1998).

Para melhor compreender os conceitos supracitados, é necessário, em princípio, entender o processo de construção de sentido e o funcionamento do discurso que se articula com a teoria da AD. A primeira consideração que faremos é a que os sentidos das palavras, expressões ou afins não se encontram na literalidade dos significantes linguísticos, ou seja, os sentidos do discurso jornalístico não estão contidos nas próprias palavras, *ipsis litteris*. Tais sentidos, segundo Pêcheux (2014 [1975], p. 146), não existem “em si mesmo”, mas é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Desta forma, entendemos que os sentidos não são estanques e que mudam conforme a posição do sujeito em referências às formações ideológicas.

Assim também acontece com o discurso jornalístico. Os sentidos das notícias, matérias e reportagens, serão construídos a partir da posição do sujeito-leitor inscritos em formações discursivas distintas. As Formações Discursivas, (doravante “FDs”) são definidas por Pêcheux (2014b [1975], p. 147) como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Noutras palavras, entendemos que a FD é o lugar de constituição do sentido das palavras e expressões.

Conforme Pêcheux (2014b [1975], p.240):

de fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertence.

Sobre este aspecto, Indursky (1997, p.31-32) explica que Pêcheux:

retoma as noções de processo discursivo e de FD, reforçando sua natureza discursivo-ideológica e relacionando-as com a questão do sentido e do sujeito do discurso. Uma palavra, uma

expressão ou mesmo uma proposição não têm sentido próprio, literal. Seu sentido decorre das relações que tais elementos linguísticos mantêm com outros elementos pertencentes à mesma FD.

A segunda consideração que faremos sobre a constituição do sentido diz respeito ao interdiscurso definido por Pêcheux (2014 [1975], p.149) como “o todo complexo dominante” das formações discursivas. Isto quer dizer, que o interdiscurso é um espaço heterogêneo e que se caracteriza, desta forma, por abranger todo espaço do dizível.

Esta reflexão sobre o interdiscurso é importante para a compreensão dos sentidos por ser o lugar de formação do pré-construído. Esta é a terceira consideração que faremos sobre a constituição dos sentidos por entender que o pré-construído remete a uma construção anterior, ou seja, exterior, e em oposição ao que é construído pelo enunciado (Pêcheux 2014 [1975]). Por isso, falamos anteriormente que o processo de interdiscursividade do discurso jornalístico advinha de uma construção discursiva que fazia “lembrar” ao sujeito-leitor de acontecimentos anteriores. Em suma, o pré-construído é o “sempre-já-la”, isto é, o elemento que já se encontra na cadeia de significados sócio-históricos.

A seguir, veremos que o discurso jornalístico é atravessado, também, pela memória que funciona de três formas na constituição dos sentidos. Memória esta que pode funcionar na (re)atualização de acontecimentos discursivos e, em alguns casos, na compressão da prática jornalística como determinadora de inúmeros sentidos.

1.4. Discurso Jornalístico: a memória, o institucional e o jurídico

No nosso trajeto teórico/reflexivo, afirmamos como os sentidos e os sujeitos são constituídos numa dada situação sócio histórica. Agora, abordaremos como a *memória* funciona na constituição destes sentidos sob três aspectos: a memória discursiva, a memória institucional e a memória metálica. Tal percurso teórico, será muito importante para o entendimento do

efeito do discurso jornalístico que tem um papel atuante na determinação dos sentidos.

O primeiro conceito que trataremos, será o de memória discursiva que segundo Pêcheux (1999, p.53) se constitui como:

estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) necessários para sua leitura: a condição do legível com relação ao próprio legível.

Desta maneira, existe uma regularidade discursiva e que o sujeito, ao se deparar com a materialidade textual, “revive” o que Pêcheux denominou de 'implícitos', ou seja, uma memória que tem como gatilho um acontecimento, definido pelo autor como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015 [1983], p. 16). Este é um conceito que define o acontecimento sobre o ponto de vista discursivo. Há, ainda, o acontecimento político (fato oriundo de processo eleitoral) e acontecimento jornalístico (fatos possíveis de serem divulgados pela mídia).

Tais acontecimentos podem incidir sobre a memória que, segundo Mariani (1998, p.38):

pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização (referimo-nos aqui, por exemplo, à produção literária, científica ou mítica, historiográfica e/ou jornalística), na história de uma formação ou grupo social [...] podemos afirmar que pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem.

Dito isto, passemos agora ao segundo aspecto que se refere ao campo institucional. O discurso jornalístico e a imprensa possuem uma própria memória como instituição, memória esta que atua como um “filtro” ao significar e ressignificar o mundo e os fatos retratados (MARIANI, 1998). Neste sentido,

entendemos que os sujeitos reconhecem a Imprensa como “produtoras de notícias”, pelas práticas jornalísticas estarem inscritas na história desta forma.

As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através dos sistemas de normas e leis (ou seja, mais discursos) que se vão organizando conforme o discurso institucional vai se moldando/transformando, e vice-versa.

É através dessa visibilidade que o sujeito reconhece o que é cada instituição e que prática social exerce. As empresas de comunicação produzem um efeito “universal” de divulgação, de relato, de informação, portanto, são reconhecidas como empresas de notícias e, em alguns casos, de entretenimento. Ademais, a pesquisadora analisa as empresas de comunicação através de seus manuais de jornalismo, “instrumentos pedagógicos” que norteiam a prática jornalística e criam o mito da comunicação.

Sobre estes manuais, Mariani (1998, p.52) afirma que:

é interessante notar que, escritas por profissionais da imprensa ou por teóricos da comunicação, essas normas técnicas de redação constroem o mito da informação jornalística com base em outro mito: o da comunicação linguística. Responsabilizando o jornalista pelo relato mais ou menos fidedigno dos fatos, nesses manuais o que se está enfatizando é o “poder dizer”, uma onipotência do sujeito com relação à linguagem. Informar e opinar, desse ponto de vista dicotomizado, resultam da capacidade (ou interesse) do responsável pela notícia em manipular a linguagem.

Além dos manuais de jornalismo que regulam a prática jornalística, Mariani (1998, p.53) informa que as empresas de comunicação são reguladas por outros poderes, ou seja, “comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico”. Desta forma, cai por terra a noção de produção livre da notícia uma vez que por um lado há um controle institucional através dos manuais de redação, e por outro, o controle jurídico do Estado.

Notemos que este efeito de controle jurídico se torna mais evidente em alguns momentos históricos. No Brasil, em meio a Ditadura Militar (1964-1985),

havia a Censura, órgão do governo responsável por fazer uma triagem de tudo que era divulgado e excluir todo material que não estivessem de acordo com a política vigente. Profissionais da comunicação e instituições estavam sujeitas a serem rigorosamente penalizados. Durante esta época, muitos jornais fecharam suas portas ou mudaram sua forma de escrever a notícia por medo das repressões militares.

Hoje, embora não haja tal órgão coercitivo, ainda há penalidades para aquele que infringir tais leis. O jurídico, portanto, funciona como o Outro, que regula as atividades jornalísticas como um filtro daquilo que pode ser dito (ZIZEK, p.16), seja nos jornais impressos, revistas ou na Internet. Todo conteúdo pode ser revisto pela lei e, a depender do conteúdo, criminalizado. No campo jornalístico, duas frentes são responsáveis pela manutenção daquilo que se diz: a própria instituição jornalística e as leis jurídicas estatais.

Vimos, portanto, que existe uma memória institucional dos meios de comunicação e que as práticas de produção da notícia são reguladas pelo sistema jurídico. Ao se retomar a reflexão sobre a memória, o discurso jornalístico “contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1998, p.61).

Por outro lado, como nosso trabalho de análise se inscreve na materialidade digital, buscaremos explicar o terceiro aspecto de memória que se constitui na internet. Ao retomar Orlandi (1996), a pesquisadora Solange Leda Gallo (2015, p.12) explica que no meio digital existe uma “memória metálica” que permite ao pesquisador analisar o discurso científico presente na rede.

A autora afirma que:

para essa produção, partimos da premissa de que a memória discursiva, quando mobilizada na produção textual da internet, tanto enquanto escritura, como enquanto leitura, relaciona-se, necessariamente, com a memória metálica, a memória do dispositivo técnico.

Trata-se, portanto, de uma memória em série e que se caracteriza pela quantidade de informação e não pela sua historicidade. Gallo (20015, p.12) continua sua reflexão e explica como se processa o funcionamento da memória metálica ao afirmar que esta:

[...] possui uma memória fluida, sem efeito de fecho, sempre priorizando o acesso rápido, fato que evidencia um efeito de achatamento do tempo. O funcionamento da memória metálica incorpora aspectos característicos do Discurso da Oralidade e, diferentemente da memória do arquivo, não exige de seus usuários conhecimentos prévios sobre os conteúdos a serem pesquisados, nem domínio das técnicas básicas de pesquisa em arquivos tipicamente produzidos e disponibilizados sob a ótica do Discurso da Escrita.

Tanto as noções de “oralidade”, quanto de “escrita”, são utilizadas pela autora através da dimensão material (histórica, social e ideológica) e não na dimensão empírica (grafia e produção sonora). Logo, o discurso da internet torna-se uma categoria macro que evoca aspectos históricos, sociais e ideológicos que funcionam em rede e produz diferentes sentidos. Ao se falar sobre produção, sentido e memória, destacamos que analisar os discursos presentes na internet, tanto através das redes sociais, quanto das instituições comunicacionais, fazem-nos perceber a importância da linguagem no cotidiano social.

2. Valor-notícia x Imparcialidade: a contradição jornalística

*Um editor de jornal é alguém que separa o joio do trigo e publica o joio. –
Adlai Stevenson*

Até o presente momento, estudamos o aspecto jornalístico a partir do ponto de vista discursivo. Elencamos e discutimos alguns pontos do discurso jornalístico na produção de sentidos e refletimos, assim, sob a ótica da comunicação a partir da sua convergência com a Análise de Discurso. Desta forma, entendemos que o “nó” que une as teorias da comunicação com a AD é o discurso. Entretanto, existe um aspecto técnico do jornalismo que cai no âmbito da contradição no que se refere tanto ao jornalismo enquanto teoria, quanto ao próprio labor jornalístico. Expliquemos tal contradição a partir do que estudaremos sobre “valor-notícia” e imparcialidade.

Os valores-notícia fazem parte dos “critérios de noticiabilidade”, procedimentos que determinam numa redação de jornal aquilo que é ou não notícia. Contudo, a partir destas determinações, poderíamos nos indagar através dos seguintes questionamentos: “o que é notícia?”; “que atributos devem ter para um fato ser noticiado?”; “toda informação é notícia?”. Observamos, assim, que tais questionamentos mostram uma noção de notícia opaca e que, assim como a língua, não possuem uma característica fixa, exata.

Para facilitar a vida dos jornalistas, os manuais de redação e alguns livros de teoria do jornalismo criaram a classificação de alguns valores-notícias que se tornam “condições” para que um fato ou um acontecimento ganhe efeito de notícia. Frequência (fatos que ocorrem com certa regularidade, como cuidados com a pele no verão, ou surto de gripe e/ou doenças respiratórias no inverno), morte, imprevisibilidade (acidentes, algo inesperado) e referência (divulgação de fatos que fazem referência a instituições, como operação policial ou divulgação científica de algum instituto de pesquisa), são alguns deles. É por isso que entendemos a notícia como um ‘produto rentável’, pois, a

dependem de seu conteúdo, há maior audiência para a televisão ou uma maior tiragem nos jornais e revistas, bem como aumento nos acessos de um site.

Ao mesmo tempo, os valores-notícias obedecem a um critério presente no imaginário constitutivo da própria empresa de comunicação: o parâmetro de relevância. Isso quer dizer que toda notícia divulgada será relevante à sociedade e que, como material informativo, “servirá” a algum propósito, seja ele cultural, social ou mercadológico.

Enquanto jornalistas universitários, somos ensinados através de manuais e livros de teorias de comunicação, a adotarmos um discurso “imparcial”, isto é, sem julgamentos pessoais. Entretanto, para que uma notícia exista, é preciso passar por um percurso em que o fato divulgado tome um formato jornalístico, ou seja, tenha um efeito de notícia. Para tanto, nas redações de jornal, desde a notícia “bruta” até sua veiculação, é empregado um percurso que a modifica até ganhar tal efeito.

Vejamos agora que este efeito de notícia passa por dois âmbitos: o pessoal, determinado pelo sujeito-jornalista que redige os fatos; e o institucional, constituído no interior das redações sob a responsabilidade de diversos sujeitos. Pretendemos, assim, apresentar de forma mais detalhada o que já adiantamos sobre “eventos-notícia”, quando a partir de um relato jornalístico um acontecimento ganha direção de sentidos (MARIANI, 1998).

O primeiro caso é de responsabilidade do sujeito-jornalista, que apura os fatos e determina, baseado nos conceitos de valores-notícia, se o fato/acontecimento “merece” ser divulgado, ou seja, ganhe efeito de notícia. Caso sim, é ele que definirá a estrutura da notícia tendo como referência seu corpo editorial. Nilson Lage (2006, p.17) explica que:

do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno como o relato de uma série de fatos, a partir do fato mais importante ou interessante; e, de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los.

Entendemos, assim, que há uma pretensão de se desvencilhar da opacidade da história e da linguagem, isto é, uma exposição em que a língua seria completamente transparente. Entretanto, a “escolha” dos fatos mais interessantes e destes fatos as informações mais relevantes são da ordem do ideológico, uma vez que o sujeito-jornalista, baseado na sua prática jornalística, atribui aos acontecimentos aquilo que é ou não interessante. Outro ponto que podemos destacar faz referência à antecipação que o sujeito-jornalista emprega sobre a recepção da notícia por parte do sujeito-telespectador/ouvinte/leitor.

Ora, se levarmos em conta que essa “antecipação” daquilo que o outro vai “pensar e dizer...” é uma ilusão, constatamos que o sujeito-jornalista também ‘se ilude’ ao pensar que o sentido de tal matéria será ‘absorvido’ pelo sujeito telespectador/leitor/ouvinte. Visto de outro modo, constatamos, também, que o sujeito-jornalista se enquadra nos esquecimentos propostos por Pêcheux (2014b [1975], p. 161) e, mais precisamente com o esquecimento nº 2, ao qual o autor define como:

esquecimento pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação a paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Dito de outra forma, o esquecimento nº 2 refere-se àquilo que é dito de uma forma e não de outra. Ou seja, são as seleções que o sujeito-jornalista faz na produção de seu texto e que é escrito de uma maneira e não de outra. Esta seleção é feita para se ‘garantir’ um sentido e, como já refletimos, tal garantia é uma ilusão. A título de esclarecimento e não menos importante, o esquecimento nº 1 refere-se ao sujeito-falante como origem de todo o dizer.

Ao complementar esse raciocínio, Mariani (1998, p.93) afirma que:

principalmente nos dias de hoje, o texto final do discurso jornalístico congrega, simultaneamente, 1) o apagamento das posições enunciativas dos ‘sujeitos-jornalistas’; 2) posições enunciativas que mostram ou se fundindo nas vozes específicas de determinados articulistas, cronistas e chargistas ou se delimitando no espaço editorial; resultando em 3) uma

unificação majoritária do conjunto de vozes que interfere no resultado textual final.

Este foi o primeiro aspecto sobre a notícia que é constituída pelo sujeito jornalista. Sobretudo sobre o ponto nº 3 supracitado, veremos, agora, como esta notícia é constituída de forma institucional, ou seja, corporativa.

Para melhor explicação, tomaremos como exemplo um jornal de TV na constituição de um acontecimento em notícia: o produtor do telejornal recebe a informação de uma notícia factual, ou seja, um acontecimento inesperado e que é passível de ser divulgado em primeira mão como manchete do jornal. Tal produtor apura a notícia e escreve uma pauta com as principais informações do acontecimento. Imediatamente, o produtor repassa a pauta com as informações para o repórter que, munido de informações ainda superficiais, tem a responsabilidade de ir ao local averiguar, descobrir mais detalhes e relatar o que presenciou num vídeo que irá ao ar na hora do telejornal.

Ao fazer todos os trâmites que lhe é cabível, o repórter entrega sua matéria para a edição, que irá corrigir os possíveis erros de concordância, “enxugar” as informações relatadas pelo repórter e, casado com as imagens feitas pelo cinegrafista, finalizar a matéria. Feito isso, é dever do editor escrever a “cabeça”, isto é, chamada da matéria que será lida pelo apresentador no momento do telejornal e repassar todo material ao chefe de reportagem, que irá aprovar ou retificar a matéria, conforme a visão editorial da empresa.

Ao descrever o percurso da notícia até a sua exibição, pretendemos demonstrar que existe um direcionamento de sentido desde a sua origem, até a sua divulgação. Isto é, a notícia passa pelo enquadramento da realidade do produtor da notícia (que apurou as primeiras informações), pelo olhar do repórter (que conferiu e gravou a notícia), pelo editor (que retificou e cortou o “desnecessário”) e pelo chefe de reportagem (que aprovou ou não a matéria). Logo, tal notícia que deveria ser “imparcial” e “objetiva”, passou pela “impressão” de vários sujeitos até ganhar um sentido informativo. Até a divulgação das notícias obedece a uma hierarquia, isto é, uma escolha ideológica e de valoração que presume-se compor o topo da pirâmide, a notícia

que mais irá circular (no caso das revistas impressas e jornais, a manchete ocupa este espaço).

Entretanto, tomamos a TV como exemplo para o fato da notícia ganhar um efeito de sentido por haver nela vários sujeitos que trabalham para tal propósito. Muitas vezes, nas grandes redações, os mesmos sujeitos-jornalistas que são responsáveis pela produção e redação das notícias que serão exibidas na televisão ou impressas no jornal, fazem a atualização do site institucional. Todavia, este labor, geralmente, não acontece com os vários blogs hospedados em diferentes plataformas. Neste caso, muitas vezes, apenas um sujeito escreve, reproduz e/ou publica o 'conteúdo jornalístico'. Isto é, a informação passa pelo crivo de apenas uma pessoa, mas esta não deixa de 'refletir' de algum modo a identificação ideológica de tal sujeito sobre determinado assunto.

Estas são as contradições. Como sujeitos do discurso, não temos como separar o viés ideológico do conteúdo divulgado porque sempre deixamos nossas marcas e impressões nos conteúdos produzidos, bem como apresentamos o nosso olhar sobre a realidade significada. Como sujeitos, sempre descrevemos os fatos a partir da nossa posição. A total imparcialidade e objetividade torna-se, assim, um 'trabalho de Sísifo'², pois, como jornalistas, apresentamos os fatos a partir de um ponto de vista ideológico que está diretamente ligado a interpretação de um fato. Entretanto, destacamos que a forma como este fato será apurado e posteriormente relatado, poderá definir, no imaginário social, o efeito de credibilidade aos quais as instituições midiáticas almejam.

Mariani (1998, p. 63) explica que:

dizendo de outro modo, a 'objetividade' dos fatos, ie, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos.

Em concordância com a autora, Franciscato (2014, p.87) afirma que:

² Mitologia grega que denota o trabalho exaustivo e repetitivo feito por Sísifo como castigo dos deuses.

a notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites desse recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade.

Lage (1981, p.16), explica o motivo pelo qual a imprensa jornalística mascara-se através da imparcialidade para a disseminação de fatos:

a outra forma, que se identificaria com a imprensa prestigiada, gerou o entendimento fundado na imparcialidade, na objetividade e na veracidade da informação. Tal imparcialidade, objetividade e veracidade cumprem frequentemente a função reiteradora que a opinião manifesta já não consegue suprir, apresentando como equilibradas e, portanto, naturais, as perspectivas dadas como boas, eliminando como subjetivas ou mentalistas as disposições inconvenientes de análise crítica e estabelecendo, necessariamente a priori, critérios de aferição da verdade.

Além da imparcialidade, soma-se ao que estudamos acima sobre “valor-notícia”, tidos como “acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em Notícia” (WOLF, 1999, p.195). Desta forma, quando se pensa em significação não tem como estar fora do ideológico. A notícia, assim como a língua, não é transparente e objetiva. Ela passa por um crivo. Recebe valor. Por isso, torna-se uma contradição entre o que se “ensina” (ser imparcial), e o que se pratica no dia-a-dia (atribuir valor). Logo, todo fato reclama interpretação quando passa pelo gesto de aferição do seu valor-notícia.

A seguir, estudaremos as instituições midiáticas como aparelhos ideológicos que determinam os sentidos e que se inscrevem numa ótica de mercado.

2.1. Aparelhos ideológicos da informação

Um dos pontos centrais da Análise do Discurso Materialista diz respeito às questões sobre ideologia propostas pelo filósofo Louis Althusser (1918-1990). Em *Sobre a Reprodução* (2008) o filósofo retoma alguns conceitos de Karl Marx, como a luta de classes, para teorizar acerca dos Aparelhos

Ideológicos de Estado (AIE). Nosso objetivo, nesse tópico, é retomar estes conceitos para poder entender o funcionamento da ideologia bem como os aparelhos ideológicos da informação atuam em sociedade.

Em princípio, Althusser reflete sobre a reprodução das condições de produção como uma forma de estabelecer uma análise dos conceitos marxistas sobre a produção material. Segundo o filósofo, “para existir, toda a formação social deve, ao mesmo tempo em que produz, e para produzir, reproduzir as condições de sua produção (ALTHUSSER, 1987, p.11). Isso quer dizer que a existência de uma formação social depende tanto da reprodução das forças produtivas quanto das relações de produção existentes, pois, “não há produção possível sem que haja assegurada a reprodução das condições materiais de produção: a reprodução dos meios de produção (*idem*, p.13).

Após analisar a reprodução da força de trabalho e sua qualificação como forma de garantia da reprodução das condições materiais de produção, Althusser continua sua análise sobre os conceitos marxistas da estrutura social através da metáfora espacial: a infraestrutura e a superestrutura.

A infraestrutura ou base econômica (unidade das forças produtivas e das relações de produção), e a superestrutura, que comporta em si mesma dois níveis ou instâncias: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política etc.) (ALTHUSSER, 1987, p.25-26)

O filósofo explica ainda que:

a metáfora do edifício tem, portanto, como objetivo representar a determinação em última instância pelo econômico. Esta metáfora espacial tem, pois, como efeito afetar a base de um índice de eficácia conhecido nos célebres termos: determinação em última instância do que se passa nos ‘andares’ (da superestrutura) pelo que se passa na base econômica (ALTHUSSER, 1987, p.27)

A metáfora, portanto, indica que existe uma relativa autonomia da superestrutura em relação à base, mas que de algum modo, há uma ação simétrica de uma estrutura para a outra. Iremos nos ater à superestrutura por ser o local que são constituídos os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e suas respectivas ideologias. Segundo Althusser, os AIE, grosso modo,

correspondem a instituições distintas especializadas, como a Igreja, escola, família, jurídico, político, dentre outros.

A mídia é classificada pelo filósofo como AIE da informação e, assim como os demais aparelhos ideológicos, funcionam através da ideologia. Para abordar o funcionamento da Ideologia, o autor propõe duas teses. A primeira diz que “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1987, p.77); já a segunda, afirma que “A ideologia tem uma existência material” (*idem*, p.83).

Enquanto a primeira tese representa a realidade do mundo sob a forma de ilusão/alusão, como por exemplo, a representação imaginária cristã de Deus como rei dos céus, todo poderoso, onipresente, onisciente, dentre outras denominações, está no campo das ideias; a segunda tese afirma que “uma ideologia existe sempre num aparecimento, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material” (*idem*, p.84).

É a partir da segunda tese que Pêcheux teoriza a AD ao reafirmar que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” (PÊCHEUX, 2014b [1975], p. 130). Lembremos que, como já adiantamos, os sujeitos reconhecem as instituições da informação através de suas práticas. Neste caso, a imprensa, através da divulgação de notícias são interpretadas como instituições informativas, bem como um hospital é reconhecido como unidade de ‘cura’, pela prática da medicina.

As instituições jornalísticas, como vimos, estão/são regidas por normas políticas e jurídicas, por isso, devemos pensá-las como empresas que se submetem a leis e, como corporações, também estão sujeitas às leis de mercado. Sobre o ponto jurídico, Mariani (1998, p.77) explica que:

estabelecendo um paralelo com a noção de assujeitamento do sujeito a um já-dito, consideramos que houve um processo histórico de assujeitamento da instituição jornalística a um já-dito constituído juridicamente. São as exigências do poder político e jurídico, no intuito de preservar o status quo de uma elite dominante, que estão inscritas nos mecanismos de funcionamento da instituição, e não uma neutralidade voluntária, resultado do uso de técnicas que adequam uma exterioridade factual colada a sentidos literais.

No excerto anterior, vimos que autora retoma o conceito de assujeitamento, que é um ponto essencial na AD. Lido de modo superficial, talvez o leitor interprete o assujeitamento como apenas uma submissão, ou seja, como supracitado, que as instituições jornalísticas se submetem às leis jurídicas livremente. Contudo, o processo de assujeitamento ideológico é mais complexo e está ligado ao processo de interpelação ideológica. Por isso, para entendermos este conceito, em princípio, vamos refletir como o sujeito se constitui.

Sobre este ponto, Althusser (1987, p.93) afirma que:

só existe ideologia pelo sujeito e para sujeitos. Entenda-se: só existe ideologia para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: entenda-se pela categoria de sujeito e pelo seu funcionamento.

Com isso, o autor quer dizer que a categoria de 'sujeito' só é constituída através da ideologia "na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) constituir os indivíduos em sujeitos" (ALTHUSSER, 1987, p.94).

Pêcheux (2014 [1975], p.141) esclarece que:

na verdade, o que a tese "a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos" designa é exatamente que o "não-sujeito" é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpretação tem por assim dizer, um efeito retroativo que faz com que todo indivíduo seja "sempre-já-sujeito".

Em outras palavras, o sempre-já-sujeito, pode ser exemplificado pelo sujeito constituído na barriga da mãe e que se torna um sujeito/ 'objeto' de desejo tão esperado e tão idealizado pela família. "Antes de nascer, a criança é, portanto sempre-já sujeito, designado a sê-lo na e pela configuração ideológica familiar específica em que é esperada depois de ter sido concebida" (ALTHUSSER, 1987, p.103).

Para resumir as noções de interpelação e sujeito, Pêcheux (2014b [1975], p. 198) esclarece:

dissemos mais acima que 'os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações

discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes'. Especificamos também que 'a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina'.

É a partir desta reflexão sobre a constituição do sujeito que poderemos entender, agora, a noção de assujeitamento. Pêcheux (2014b [1975], p. 124) explica que:

se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com S maiúsculo – sujeito absoluto universal -, é, precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com A maiúsculo), e, de outro lado, que sempre de acordo com a formulação de Lacan, 'o inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo de Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.

Entendemos, assim, que o processo de assujeitamento é uma forma de identificação do sujeito (minúsculo) ao Sujeito (maiúsculo). Dito de outro modo, processo em que nós, enquanto sujeitos cristãos, por exemplo, nos identificamos com a matriz de sentido das religiões baseadas nas leis sobre o Cristo. Logo, somos sujeitos cristãos por nos identificar com a Formação Ideológica Cristã.

Contudo, como se trata de algo complexo, esse assujeitamento apresenta três modalidades. A primeira dela "consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a 'tomada de posição' do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do 'livremente consentido'" (PÊCHEUX 2014b [1975], p. 199). Ou seja, a identificação do sujeito à formação discursiva dominante é 'livre', o que caracteriza este sujeito como um "bom sujeito", mas não sem que haja resistências pontuais e inconscientes. Identificação nunca é concretamente plena.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do 'mau sujeito', ou seja, aquele que "se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida,

questionamento, contestação, revolta...)” (idem, p.199), isto é, uma contra identificação, em que o sujeito questiona e resiste ao sujeito universal por não concordar em algum ponto com o mesmo. Não há, neste caso, uma ruptura com o sujeito e a formação discursiva, mas há pontos divergentes que caracteriza esse sujeito como ‘mau’. Na terceira modalidade, chamada de desidentificação, (Pêcheux, 2014 [1975]), haveria um rompimento do sujeito com a FD inscrita e uma nova identificação à outra (INDURSKY, 1997). Entretanto, essa ruptura para com a FD que o sujeito se inscrevia, grosso modo, não significa que o sujeito se torne livre, pois há um novo assujeitamento.

Beck e Esteves (2012, p.151) explicam que:

a formulação teórica da terceira modalidade se inscreve, a nosso ver, no controverso projeto epistemológico-político althusseriano que prevê uma ruptura, ainda que sempre sujeita a desvios e retrocessos, entre Ideologia e ciências. Em outro momento (1978), Pêcheux retificará suas formulações e a terceira modalidade será desconstruída por sua simetria (espécie de interpelação às avessas) com a primeira modalidade.

Como tratamos de uma reflexão teórica entre a comunicação jornalística e a AD, vamos exemplificar este processo tomando como base um sujeito jornalista. No mercado de trabalho, o sujeito-jornalista que se identifica com a linha editorial do veículo de comunicação ao qual presta serviço bem como as matérias que são veiculadas por esta empresa, é considerado um bom sujeito, pois, livremente se assujeitou à formação discursiva que o emprega. Já o sujeito-jornalista que trabalha nesta mesma empresa e não concorda com certos aspectos da linha editorial e contesta/reclama/contrapõe as matérias que são divulgadas, é considerado um mau-funcionário, pois há aspectos não-concordantes entre ambos.

O sujeito desidentificado é aquele que, por algum motivo, não concorda com o veículo de comunicação que é empregado, ou seja, a formação discursiva desta empresa é totalmente contrária à ideologia do sujeito. Neste caso, podemos visualizar três situações distintas: ou esse sujeito rompe os “laços” com essa empresa e funda uma nova empresa; ou ele nega o sistema

empresarial; ou ele se filia a uma nova empresa. Desta forma, ao romper com tais laços da antiga FD, ou sujeito se assujeita à FD da “autonomia empresarial”, ou à “anti-empresarial”, ou se assujeita a uma nova empresa inscrita numa formação discursiva distinta. Percebam que nos três casos a interpelação ideológica continua a funcionar e o sujeito-jornalista continua determinado pela ideologia. A título de conhecimento, lembremos que diferentes empresas podem compartilhar a mesma formação discursiva, como *Globo*, *Época*, *Veja*, dentre outros.

Tendo em vista que as empresas de comunicação são aparelhos ideológicos informativos, veremos a seguir qual é o panorama da comunicação no Brasil e como as práticas discursivas destas empresas determinam os sentidos das notícias no país.

2.2. Mídia: A hegemonia da direita conservadora no Brasil

Vimos em nosso estudo que a mídia é um aparelho ideológico da informação e funciona através da ideologia. Ideologia esta que é constituída a partir de práticas e não de ideias, como era comumente teorizada. No presente tópico, vamos analisar as práticas da mídia hegemônica no país e identificar como esta mídia determina os sentidos das notícias que são veiculadas periodicamente.

O artigo 220 da Constituição Federal de 1988 trata da Comunicação Social do Brasil. Em seu parágrafo 5º, destaca que “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, 1988); portanto, entendemos que, a partir de uma lei federal, empresas, empresários e afins, estão proibidos de constituírem um conglomerado midiático que monopolize a comunicação social no país. A lei é clara, mas não é o que acontece na prática.

Hoje, cinco famílias detêm o monopólio da comunicação no país. Vejamos agora quais são e quais grupos elas comandam. A primeira é a família Marinho, dona do Grupo Globo; em seguida vem a família Saad, que é dona do Grupo Bandeirantes; em terceiro, vem a família Macedo, dona do Grupo

Record; já a família Sirotsky, comanda o Grupo RBS; e, por fim, a família Frias, dona do Grupo Folha.

Segundo pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor ou MOM), financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto pela ONG brasileira Interozes e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), divulgada em outubro de 2017, estas famílias, somadas ao Grupo Estado, do jornal *O Estado de S.Paulo*; o Grupo Abril, da revista *Veja*; e o Grupo Editorial Sempre Editora, do jornal *O Tempo*, são oito famílias controlando 32 dos 50 maiores veículos, ou 64% da lista. Juntas, tais famílias detêm o monopólio da comunicação no país, relegando, desta forma, as outras mídias ao papel de alternativa.

O jornalista e pesquisador Altamiro Borges (2009, p. 16) explica que a mídia não exerce o papel informativo, mas se sujeita às decisões mercadológicas e ao ganho monetário:

como instrumento ideológico, que nada tem de neutra ou imparcial, ela é a principal apologista do “deus-mercado”. Como poderosa empresa capitalista, ela busca apenas elevar os lucros.

Em consonância com este pensamento, Dênis de Moraes (2004, p.21) acrescenta que:

as corporações da mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torna da globalização, e como agentes econômicos proeminentes nos mercados mundiais, vendendo os próprios produtos e intensificando a visibilidade de seus anunciantes. Evidenciar esse duplo papel parece-me decisivo para entender a sua forte incidência na atualidade.

Como destaca o autor, o compromisso com a informação é relegado ao segundo plano e a valorização da corporação midiática como empresa de mercado que vende seus produtos é o principal protagonista das ações midiáticas. O discurso da imparcialidade e da neutralidade, como havíamos analisado anteriormente, inscrevem-se na propagação ideológica do mercado, na intensificação massiva dos anunciantes e, conseqüentemente, no lucro.

Dito isto, o autor continua sua reflexão e explica que existe uma espécie de sinergia entre o capital e a comunicação que garante a conservação de engrenagens produtivas:

eis o significado concreto da articulação existente entre o modo de produção capitalista e as tecnologias de comunicação e informação: uma sinergia que, de um lado, alimenta a acumulação de capital financeiro numa economia de interconexões eletrônicas e, de outro, permite ao capital mobilidade para conservar a rédea sobre os circuitos produtivos e as inovações (idem, p.18)

Além de garantir o monopólio do capital, tais empresas detêm o controle da circulação da informação, uma vez que a hegemonia das corporações midiáticas, atende não só os interesses mercadológicos, mas também, políticos.

Tal monopólio midiático só foi possível pela ausência de uma legislação reguladora, conforme explica Borges (2009, p.63):

o processo de concentração da mídia no Brasil, um dos mais vertiginosos do planeta, só vingou devido à total fragilidade de legislação sobre o setor. Desde as normas que iniciaram a regulação da radiodifusão na década de 1930 (decreto 20.047/1931 e 21.111/1932, passando pelo Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962 (Lei nº 4.137), até a Lei da TV a Cabo de 1995 (Lei nº 8.977) nunca houve barreira à monopolização. Os 'barões da mídia', cada vez mais poderosos economicamente e influentes politicamente, sabotaram todas as medidas reguladoras. Sob o falso pretexto da 'liberdade de imprensa', eles praticaram a 'liberdade dos monopólios'.

Essa luta democrática, no entanto, não efetivou uma política de democratização da mídia no país nem sob o governo progressista do Partido dos Trabalhadores (PT), que ficou por mais de 13 anos no governo. Como consequência, houve a manutenção do oligopólio midiático sob a égide do capital e a manutenção das determinações de sentidos, por exemplo, no apoio ao processo que destituiu a presidenta Dilma Roussef da presidência da república.

O portal Manchetômetro³, que acompanha a cobertura jornalística da grande mídia sobre economia e política, analisou dos dias 1º de janeiro de 2016 a 9 de agosto de 2017, como a mídia brasileira noticiou o afastamento da presidenta Dilma Roussef de seu cargo. Dentre os jornais analisados, estão *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e no *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*. O resultado pode ser observado no gráfico abaixo:

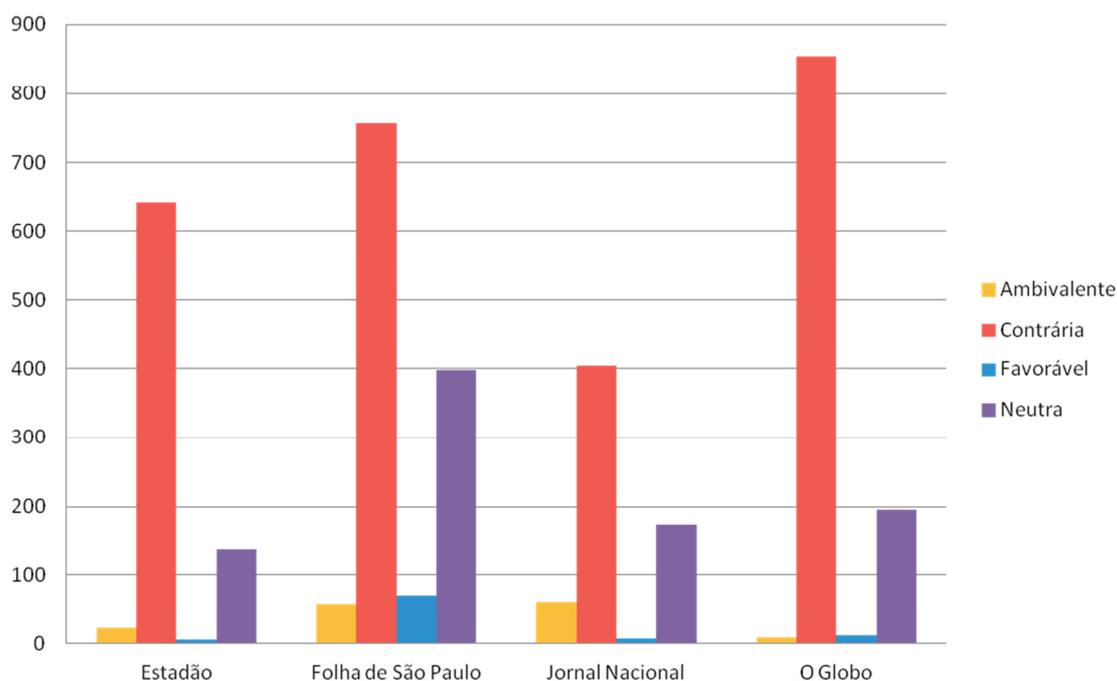


Figura 1 - Disponível em < <http://www.manchetometro.com.br> >. Acesso em 12 de maio de 2018.

O portal apresenta, portanto, uma análise de valências quantitativa referente ao perfil das notícias divulgadas. Por isso, é importante destacar que não se trata de uma análise discursiva, como é proposto por esse trabalho, mas sim, uma análise quantitativa que serve como um indicativo de como a mídia hegemônica trata dos assuntos referentes à ex-presidenta Dilma Rousseff. Entretanto, observamos existe um gesto de interpretação prévio da pesquisa que não é explicitado pelo portal.

Vejamos, o total ambivalente (cor amarela) representa a quantidade equivalente entre matérias positivas e negativas sobre a ex-presidente Dilma Rousseff. A valência das notícias “contrárias” (vermelha) à Dilma é que mais se

³ www.manchetometro.com.br

destaca na análise dos jornais. Já as notícias “favoráveis”, representada pela cor azul, quase não aparece no *Estadão*, *Jornal Nacional* e *O Globo*. E, por último, aparecem as notícias consideradas “neutras”, com destaque para a *Folha de São Paulo*.

Neste caso, a análise mostrou que a ex-presidenta Dilma Rousseff foi alvo de cobertura intensamente negativa por parte dos jornais investigados e do *Jornal Nacional*. O volume de notícias negativas é muito alto em todos os meios, particularmente em *O Globo*, e o percentual de notícias positivas é próxima a zero.

Percebam que a imparcialidade midiática, representada pela categoria “neutra”, é menor que a categoria “contrária”, que representou negativamente a ex-presidenta Dilma. Na contramão de alguns países como Reino Unido, Alemanha, França e Estados Unidos, que têm sistemas de comunicação equivalentes e que possibilitam uma equiparação comunicacional diversificada, ou seja, não há hegemonia de um conglomerado político comunicacional (mídias de esquerda, centro e direita disputam quase sempre em pé de igualdade o mercado), o Brasil possui conglomerados que determinam o sentido conforme suas posições ideológicas.

Concomitante com a pesquisa supracitada, Freda Indursky (2017) estudou os cinco telejornais da Rede Globo durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma e constatou que houve uma repetição discursiva durante toda a programação da emissora o que criou um “efeito de verdade”. Isto é, todos os telejornais repetem as mesmas informações a fim de legitimar o processo de destituição da presidenta; o que mudou, somente, foram os apresentadores que ocuparam as diferentes bancadas e horários durante a programação.

Para a autora, esta saturação de sentidos resultou em “um efeito de realidade cuja consequência é a cristalização da interpretação da emissora que se apresenta como “a” verdade, produzindo um efeito de verdade” (INDURSKY, 2017, p.75). A saturação e repetição discursiva, portanto, demonstra que “não ouve neutralidade alguma, embora o formato das

emissões pretenda e pleiteie a mais pura objetividade na apresentação dos fatos” (idem, p.77).

Com o monopólio garantido, a mídia hegemônica goza de uma autonomia que acaba por selecionar os temas a serem exibidos, omitir fatos ou, ainda, teatralizar e reformular narrativas. Desta forma, segundo Kucinski (2005, p.27), um dos problemas que envolve a mídia no Brasil faz parte da dimensão política, uma vez que:

está claro, pela intensidade com que os meios de comunicação de massa são hoje manipulados pelos grupos dominantes para se manter no poder, que nosso principal problema ético hoje não é de natureza moral, e sim política. [...] Isso significa que a luta por uma nova ética é também, e acima de tudo, uma luta política.

A não regulamentação midiática garante a manutenção de um sistema de comunicação social que privilegia o sistema privado e alguns setores da sociedade. A democratização da mídia é um ponto reivindicado por alguns movimentos políticos e sociais. Como consequência, a mídia de esquerda ocupa o espaço de mídia alternativa, como veremos a seguir.

2.3. As esquerdas restritas a mídia alternativa

O poder da mídia, como Aparelho Ideológico de Informação, assim como de outros Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), está de tal forma imbricado no cotidiano das pessoas, que as ideologias são constituídas de forma “naturalizada”. A esse aspecto, acrescentamos a capacidade que a mídia tem de “agendar” os assuntos sociais. Com isso, além de garantir a constituição ideológica desejada, a grande mídia impede que o sujeito reflita sobre as questões públicas e discutam sobre seus direitos e sobre ela própria (BORGES, 2014).

No Brasil, a mídia de esquerda é restrita à mídia alternativa, já que o país vive uma situação de monopólio midiático em que cinco famílias controlam metade dos 50 veículos de maior audiência registrados. O pesquisador e

jornalista Borges (2014, p. 11), estuda os processos da comunicação digital e relata uma resistência à grande mídia que se instaura nos *blogs* de notícias.

No terreno da política, elas são encaradas como uma nova forma de militância – a militância virtual, que geralmente se contrapõe à abordagem da mídia tradicional. Muitas, inclusive, sucumbem rapidamente. Outras, porém, acabam se consolidando e hoje jogam um papel bastante ativo no embate de ideias na sociedade na maioria dos países do planeta.

No entanto, para o pesquisador, apesar de ativos, estes *blogs* incomodam, mas não ameaçam o poder do monopólio midiático vigente.

Segundo Borges (2014, p.36):

a blogosfera e os ativistas digitais, que fazem o contraponto às manipulações, ajudam a solapar este poder descomunal da mídia monopolizada – que é antidemocrática e ilegal. Mas eles funcionam como uma guerrilha diante de um exército regular. Sem medidas efetivas de democratização dos meios de comunicação, que regulamentem o que está escrito na própria Constituição Federal, a luta extremamente desigual. No atual estágio, duas batalhas estão interligadas.

O jornalista continua a reflexão propondo saídas para equiparar esta disputa ao afirmar que “por um lado, é preciso investir nos meios alternativos de comunicação – e a internet é um terreno propício nesta guerrilha. Por outro, é urgente adotar no Brasil uma regulação democrática da mídia, como já ocorre em vários países do mundo” (p.37). Somado a isso, destacamos, também, que a mídia alternativa tenta através de seus materiais informativos, se desvincular dos gestos de interpretação da mídia hegemônica e tratam de assuntos que, muitas vezes, não são abordados por estas.

Como não existe uma política de democratização, existe uma disputa ideológica como forma de manutenção da ideologia dominante. Contudo, Althusser (2008, p. 241) esclarece que se há luta, há resistência:

os aparelhos ideológicos de Estado são necessariamente o lugar e o objeto de uma luta de classes que, nos aparelhos da ideologia dominante, prolonga a luta de classes geral que domina a formação social. Se os AIE têm a função de inculcar a ideologia dominante é porque há *resistência*; se há resistência é porque há luta; e essa luta é, no final das contas,

o eco direto ou indireto, por vezes, próximo ou, frequentemente, longínquo da luta de classes.

Esta resistência, portanto, é prática das mídias alternativas de esquerda que, mesmo não possuindo o alcance territorial dos grandes conglomerados midiáticos, exerce a resistência através da rede mundial de computadores, boletins informativos sindicais, panfletos de movimentos sociais, rádios comunitárias, dentre outros. Esse “desnível” na balança da mídia hegemônica e das mídias alternativas favorece a manutenção da ideologia dominante. Entretanto, ao estudarmos os aspectos da luta de classe, entendemos que enquanto houver o embate e a manutenção da ideologia dominante, haverá resistência.

Resistência esta que, no Brasil, se constitui desde o império, em que o D. Pedro institui várias leis que regulamentam a imprensa no Brasil e que criminaliza todo e qualquer conteúdo que “ferisse” a honra e a ordem política vigente. Para isso, os chamados “pasquins”, que eram informativos de resistência, destilavam artigos parciais sobre a política nacional com um tom sarcástico e humorístico, mas se mantinham anônimos, para que seus autores não sofressem as repressões previstas em leis. Talvez por ter essa linguagem mais voltada para o humor ácido, é que os pasquins tivessem grande aceitação do público, o que demonstrava um caráter cínico e uma forma de resistência eficaz àquela época.

De lá para cá, as instituições jornalísticas se firmaram no país, mas nenhuma política de democratização foi efetivada concretamente. Desde 1990, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) que congrega associações, sindicatos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e coletivos, tem como objetivo denunciar e combater as ações da grande mídia, como também, tratar de assuntos que não são abordados pelos grandes conglomerados, ou seja, garantir a pluralidade e a diversidade de opiniões e informação no país. Com mais de 500 filiadas e 20 Comitês Estaduais ou Regionais pela Democratização da Comunicação, o Fórum propõe a mudança democrática da regulação dos meios de comunicação no país e o livre exercício de uma imprensa democrática.

3. A era *Fake News*

Quando a nossa capacidade de crer não é temperada com uma vontade de duvidar, nós corremos o sério risco de achar que as nossas posições são as únicas verdadeiras, as únicas corretas e, o que é pior ainda, as únicas que têm validade, e todas das outras estão erradas — Luís Mauro Sá Martino.

Nos capítulos anteriores, fizemos uma reflexão teórica sobre os principais conceitos entre a Comunicação e a Análise do Discurso Materialista. Tal trajeto, nos fez repensar acerca da produção da notícia, seus critérios de noticiabilidade, bem como o discurso jornalístico determina os sentidos das informações veiculadas. No entanto, nossa discussão se ateve ao aspecto de notícia veiculada à “verdade dos fatos”. Afinal, está presente no imaginário social que todas as informações veiculadas pela mídia é, de fato, verdade.

Contudo, isso não quer dizer que toda informação será ‘consumida’ sem questionamento ou dúvida. Geralmente, sujeitos que se inscrevem em determinadas formações discursivas (de direita ou esquerda, por exemplo) tendem a estranhar as informações das mídias que possuem um posicionamento ideológico divergente. É como se um militante de esquerda questionasse a *Veja* e um militante de direita estranhasse as notícias da *Carta Capital*. As identificações, contraidentificações e desidentificações também irão ocorrer entre os sujeitos-leitores em relação à mídia.

Embora a balança tende a pender para o lado da mídia hegemônica, como vimos anteriormente, a pluralidade das informações que são veiculadas pelas mídias nacionais, irão inscrever diferentes sujeitos em diferentes posições ideológicas. A resistência política-ideológica entre os sujeitos em relação à mídia se efetiva, principalmente, quando esta divulga assuntos de cunho político partidário. É comum encontrarmos nos comentários das notícias dos *blogs* e portais de notícias sujeitos que discordam do assunto tratado, ou de outros comentários feitos anteriormente.

Esse é um dos diferenciais mais marcantes da mídia digital, a possibilidade de interação entre diferentes sujeitos, que se inscrevem em diferentes posições

ideológicas, debaterem sobre os mais variados assuntos na aba “comentários”, das notícias e um *feed back* quase que instantâneo do próprio material informativo divulgado. Diferentemente da mídia impressa, radiofônica ou televisiva, que têm os sujeitos como leitores/telespectadores, a mídia digital promove o debate entre seus usuários e garante, em muitos os casos, que esta interação seja feita de forma anônima. Um benefício para que o usuário não tenha seu comentário ou sua imagem ofendida por outros sujeitos. O limite moral desse livre arbítrio compete a cada um e a liberdade de expressão traz consigo posições que podem ofender moralmente o outro (a depender do caso, com penas judiciais).

É nesse cenário de embates político-ideológicos, que muitos *blogs* de notícias fazem sucesso com os usuários da Internet. A propagação de notícias não só se efetiva na produção do conteúdo, mas também, no compartilhamento dessas informações. Isso quer dizer que um sujeito, ao compartilhar determinada informação, seja ela verdadeira ou não, se identifica ideologicamente com a mesma e, numa espécie de “bolha digital” (rede de conhecidos, amigos e familiares), se posiciona politicamente perante as outras pessoas.

Sobre este aspecto da livre informação, Zizek (2015, p.65) afirma que:

evidentemente, essa livre circulação acarreta novos perigos, como assinalou Jaron Lanier, que enxerga uma ameaça no próprio cerne do espaço digital que é geralmente celebrada como sua maior realização social, a livre circulação de dados e ideias: essa mesma abertura deu origem a provedores não criativos (Google, Facebook) que exercem um poder quase monopolístico no que se refere a regular o fluxo de dados, enquanto os indivíduos que criam o conteúdo se perdem anonimamente da rede.

O autor, desta forma, se refere não só à produção de conteúdos técnicos e informacionais na rede, como também, explica que o espaço digital exerce um papel social importante através da livre circulação de dados e ideias. Ao citar os sites que mais representam essa livre circulação, como o *Facebook*, uma das redes de relacionamento mais utilizadas no Brasil e no

mundo (mais de dois bilhões de usuários⁴), o autor nos faz refletir sobre o fluxo de dados que circulam em rede, assim como quais conteúdos são divulgados na rede mundial de computadores.

É nesse ponto que voltamos à “verdade dos fatos”, citada no início deste capítulo. Nem tudo que circula na rede é verídico, contudo, a livre circulação de conteúdo na internet através de *blogs*, sites de relacionamento e aplicativos móveis, há alguns anos, fez emergir uma expressão até então desconhecida pela maioria dos brasileiros: a *Fake News*. As redes sociais, em especial, se tornam o cenário propício de compartilhamento de informações recheadas de inverdades, mas que, de alguma forma, se identifica com o posicionamento político-ideológico de milhões de pessoas. Assim como não há o comprometimento com a verdade da informação, os sujeitos também não se preocupam em checar tais informações.

Deste ponto de vista, os pesquisadores Guilherme Adorno e Juliana de Silveira (2017, p.3) estudam o processo de produção e divulgação das *Fakes News* e afirmam que:

os discursos sobre “pós-verdade” e “fake news” fazem trabalhar os sentidos de *verdade* e *mentira*, *real* e *ficção*, *atual* e *virtual*. Entendemos que as discussões nas redes sociais sobre “pós-verdade” e “fake news”, confrontadas com a leitura discursiva em torno das noções apontadas, permitem pensar o político no social tendo em vista o modo como o dizer das mídias sociais digitais parece produzir um embate (uma polêmica, uma disputa) com as mídias tradicionais, como a imprensa e a instituição televisiva.

Ou seja, como já adiantamos, através de um meio social (digital), há uma tomada de posição política e, conforme explicitamos, tais notícias têm uma ampla divulgação em redes sociais e fóruns de notícias. As *fanpages* (páginas de fãs) presentes no *Facebook* e em outros sites de relacionamento, são exemplos de interlocução entre diferentes sujeitos que se inscrevem em uma mesma posição ideológica.

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>

É interessante destacar, também, que essa identificação produz uma ‘generalização’ na circulação de conteúdos através de compartilhamentos. Por isso, Silveira (2017) propõe a noção de “efeito-rumor”, que num primeiro momento normatiza as relações dos sujeitos com a informação compartilhada e num segundo momento possibilita partilhar ou compartilhar com outros sujeitos tal informação. Este compartilhamento, no entanto, não se atém somente a notícias devidamente apuradas.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em relatório produzido de 2012 a 2017 e publicado em novembro deste ano de 2017⁵, existe a massiva disseminação de notícias falsas na internet. Desta forma, estas notícias, segundo conclusões do relatório, criam uma polarização política e representam um ataque à produção jornalística.

Nos próximos tópicos, iremos propor uma descrição sobre a materialidade das *Fakes News* a partir de seu aspecto histórico, e, em seguida, objetiva-se compreender quais são os aspectos de produção e veiculação destas notícias bem como pontos fundamentais como autoria, legitimidade e circulação. Compreender estes quesitos, é compreender como os processos históricos, como o processo de destituição da presidenta Dilma em 2016, por exemplo, efetiva um posicionamento político em detrimento de outros, a partir de atos de comunicação que não estão comprometidos com a verdade dos fatos.

3.1. Fake News: Uma novidade não tão nova assim

As reflexões sobre as *fake news* nos últimos anos nos fazem pensar sobre os diferentes aspectos dos sentidos inscritos nos mais variados discursos sociais. Do inglês, a expressão *fake news* significa “notícia falsa”, ou seja, representa o oposto dos critérios de comunicação que se filiam no discurso da “divulgação das verdades dos fatos”, mesmo que tais fatos, como já adiantamos, sejam apenas a versão de uma realidade descrita. Divulgar

⁵ <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002655/265552e.pdf>

notícias falsas, portanto, se encontra na contramão da ética jornalística e, a depender do conteúdo divulgado, torna-se passível de ser criminalizado.

Verdade e mentira, realidade ou ficção, real ou virtual são pontos que podem ser questionados pelos sujeitos que se utilizam das mais variadas formas de tecnologia para se manterem informados. Todavia, em tempos de polarização política, aquilo que é verdade ou mentira, tornam-se elementos a serem questionados pela quantidade massiva de informações, principalmente em rede.

Se por um lado exista tal questionamento e o valor de verdade seja “posto à baila” por alguns, outros compartilham diversas informações sem checar tal conteúdo. As redes de relacionamento, grupos de aplicativos de celulares e outros dispositivos digitais tornam-se o cenário propício para os diversos compartilhamentos e início de debates (às vezes nada amigáveis) entre os sujeitos.

Pensar nas *fakes news* apenas como prática associada à tecnologia digital é inscrevê-la somente à realidade atual, o que não é verdade. A prática de transmissão de notícias falsas remete ao processo de constituição do homem como um ser social, isto é, oriunda das primeiras relações de comunicação entre os *homo sapiens*, advinda da Revolução Cognitiva, entre 70 mil e 30 mil anos atrás.

O professor e pesquisador Yuval Noah Harari (2018, p.30), explica que não há uma explicação exata para tal revolução, mas que:

a teoria mais aceita afirma que mutações genéticas acidentais mudaram as conexões internas do cérebro dos sapiens, possibilitando que pensassem de uma maneira sem precedentes e se comunicassem usando um tipo de linguagem totalmente novo. Poderíamos chamá-las de mutações da árvore do conhecimento.

Apesar da linguagem não ser exclusiva dos seres humanos, uma vez que os animais possuem distintos modos de se comunicarem, a revolução cognitiva revelou que a linguagem humana possui uma forma mais versátil e que a partir de uma série limitada de sons e sinais, pode-se transmitir conteúdos com significados infinitos:

um macaco-verde pode gritar para seus camaradas: “Cuidado! Um leão!”, mas um humano moderno pode dizer aos seus amigos que esta manhã, perto da curva do rio, ele viu um leão atrás de um rebanho de bisões. Pode descrever a localização exata, incluindo os diferentes caminhos que levam à área em questão. Com essas informações, os membros do seu bando podem pensar juntos e discutir se devem se aproximar do rio, expulsar o leão e caçar os bisões (HARARI, 2018, p.31).

Segundo o autor, enquanto os animais utilizam uma linguagem de forma limitada para transmitir mensagens curtas, os homens podem, através da descrição, dar mais detalhes sobre os assuntos ou lugares e, assim, planejar ações em conjunto. Este é o primeiro segmento da teoria de Harari que continua sua reflexão ao explicar que um dos pontos centrais para a evolução do homem como um ser social se deu através da fofoca.

Para o autor (*idem*, p.31), as informações mais preciosas à época não consistiam na discussão sobre as melhores localizações dos pontos de caça, mas sim, de toda e qualquer informação relacionada aos homens. Isso porque os seres humanos já habitavam a terra há cerca de 150 mil anos e, se antes o propósito de vida dos *homo sapiens* eram a sobrevivência, na revolução cognitiva consistia em expandir território. Portanto, para que houvesse a dominação do resto do ‘planeta’, deveria haver uma melhor organização. É aí que se encaixa a questão do homem social:

uma segunda teoria concorda que nossa linguagem singular evoluiu como um meio de partilhar informações sobre o mundo. Mas as informações mais importantes que precisavam ser comunicadas eram sobre humanos, e não sobre leões e bisões. Nossa linguagem evoluiu como uma forma de fofoca. De acordo com essa teoria, o *Homo sapiens* é antes de mais nada um animal social. A cooperação social é essencial para a sobrevivência e a reprodução. Não é suficiente que homens e mulheres conheçam o paradeiro de leões e bisões. É muito mais importante para eles saberem quem em seu bando odeia quem, quem está dormindo com quem, quem é honesto e quem é trapaceiro.

Naquela época, portanto, a cooperação social era o norte para sobrevivência do bando que tinha na fofoca, o conhecimento estratégico necessário para gerir as relações do grupo, garantir a expansão da tribo e

perpetuar a espécie humana. Em suma, a comunicação interpessoal era o “nó” que atava tais objetivos.

Harari (*idem*, p. 32) ainda explica que:

a teoria da fofoca pode parecer uma piada, mas vários estudos a corroboram. Ainda hoje, a maior parte da comunicação humana – seja na forma de e-mails, telefonemas ou colunas nos jornais – é fofoca. É tão natural para nós que é como se nossa linguagem tivesse evoluído exatamente com esse propósito.

Ainda que a fofoca seja o motor da cooperação social, entendemos que ela é utilizada de forma política. Ora, pensar no bem-estar da tribo, ao levar em conta as relações entre seus integrantes, é mais do que pensar de forma estratégica, é pensar de forma política. Como sociedade, ainda hoje, é assim que se mantém o modelo de civilização, uma vez que, como supracitado, o ato de focar ainda continua, só que, agora, mediado por tecnologias que facilitam a comunicação entre distintos sujeitos.

Entretanto, até a fofoca tem limites. Segundo Harari (2018, p.35):

pesquisas sociológicas demonstraram que o tamanho máximo ‘natural’ de um grupo unido por fofoca é de cerca de 150 indivíduos. A maioria das pessoas não consegue nem conhecer intimamente, nem focar efetivamente sobre mais de 150 seres humanos. Ainda hoje, um limite crítico nas organizações humanas fica próximo desse número mágico.

Isto quer dizer que, mesmo hoje, milhares de anos após a Revolução Cognitiva, as relações decorrentes da fofoca têm um certo número delimitado e, mesmo mediado por distintas tecnologias, o ser humano não consegue se aprofundar nas relações sociais com mais de 150 pessoas. A união de mais pessoas, como a noção de Estado, e a religião, por exemplo, será baseada em mitos compartilhados que só existem na imaginação dessas pessoas (HARARI, 2018).

Através dos mitos compartilhados, as tribos se uniram, a população aumentou e a sociedade se organizou em cidades. A partir daí, Harari (2018, p.41) explica que os seres humanos vivem em duas realidades distintas, uma interferindo na existência da outra:

desde a Revolução Cognitiva, os sapiens vivem, portanto, em uma realidade dual. Por um lado, a realidade objetiva dos rios, das árvores e dos leões; por outro, a realidade imaginada de deuses, nações e corporações. Com o passar do tempo, a realidade imaginada se tornou ainda mais poderosa, de modo que hoje a própria sobrevivência de rios, árvores e leões depende da graça de entidades imaginadas, tais como deuses, nações e corporações.

São os mitos compartilhados, portanto, que permitem ao homem se agregar e constituir cidades, isto é, são os mitos (como dinheiro, estado, nobreza...), oriundos dessa “ordem imaginada”, que atam os laços sociais entre os homens e os mesmos podem cooperar em conjunto para um determinado fim. Homens que vivem em diferentes estados se unem numa guerra para defender sua pátria; cidadãos pagam impostos com dinheiro; pessoas de diferentes classes sociais se unem em oração para determinados deuses por haver fé nas divindades; isto é, para o autor, laços de coletividade civil, dinheiro e a fé em criaturas sobre-humanas, são mitos criados pelos homens e que garantem a eficiente cooperação social:

os mitos, como se veio a saber, são mais influentes do que qualquer um poderia ter imaginado. Quando a Revolução Agrícola criou oportunidades para a criação de cidades populosas e impérios poderosos, as pessoas inventaram histórias sobre grandes deuses, pátrias-mães e empresas de capital aberto para fornecer os elos sociais necessários. Enquanto a evolução humana estava rastejando no seu usual ritmo de tartaruga, a imaginação humana estava construindo redes impressionantes de cooperação em massa, diferentes de qualquer outra já vista (HARARI, 2018, p.112).

Claro que tal cooperação não se dá de forma homogênea, tranquila e harmoniosa, afinal, diferentes sujeitos se inscrevem em diferentes formações discursivas e ideológicas. Homens podem até travar uma guerra juntos, mesmo não concordando com ela. Para uns, haverá a honra de lutar (ou até morrer) pelo seu país, já para outros, a guerra significa um ato extremo e desnecessário, mas, ambos, atravessados pelo mito do país em que mora e de uma ordem coercitiva política, lutam lado a lado na tentativa de saírem vitoriosos da batalha.

Tais mitos, por conseguinte, fazem parte de uma ordem ficcional que “nos permitiu não só imaginar coisas como também fazer isso coletivamente” (HARARI, 2018, p.33). É como pudéssemos dizer, portanto, que os homens estão numa sempre-já organização ficcional, uma vez que diferentes ordens e leis, que regem a organização social, são oriundas de mitos compartilhados e que, de certa forma, garantem uma cooperação entre indivíduos.

Assim se dá, também, com as corporações que são mencionadas pelo autor. Empresas que são produto de imaginação coletiva e que são chamadas de “ficção jurídica”, ou seja, “não pode ser sinalizada; não é um objeto físico. Mas existe como entidade jurídica” (HARARI, 2018, p.38). O autor cita a *Peugeot*, multinacional de produção e comercialização de automóveis como exemplo de corporação ficcional, ou seja, que existe por seguir trâmites sociais como abrir contas, empregar funcionários, mas que se constitui numa entidade que se difere dos seus donos ou dos funcionários que trabalham nela. A imprensa também possui empresas ficcionais e já que nosso objeto de estudo é analisar e compreender acerca das *Fakes News*, em nosso pequeno trajeto histórico, nos fixaremos nas corporações midiáticas.

O mito da informação imparcial faz parte do imaginário social contemporâneo. As pessoas tinham, em princípio, no jornalismo impresso, o principal meio de informação. A relação entre as notícias e as chamadas *Fakes News* é que enquanto a primeira, via instituição, se preocupa com a apuração dos fatos para posterior determinação de sentido, a segunda não apresenta tal preocupação. Ou seja, enquanto a instituição jornalística se preocupa com o efeito de credibilidade que será resultante do processo de construção da notícia, as *Fakes News* não apresentam tal propósito. Afinal, de modo geral, as notícias falsas estão associadas ao anônimo ou perfis falsos.

Entretanto, para que possamos compreender como a “notícia-verdade” via instituição jornalística, se instaurou na sociedade, é necessário fazer uma pequena viagem no tempo. Em sociedade, as informações boca-a-boca continuam a circular e os primeiros materiais informativos tinham como principal função divulgar os feitos de seus governantes. Segundo o historiador Florival Cárceres (2000), o primeiro jornal com periodicidade regular foi o *Acta*

Diurna, uma publicação esculpida em pedra que era colocada em locais públicos sob a ordem do imperador Júlio César por volta de 59 a.C, em Roma. Basicamente, as informações do *Acta* traziam assuntos de interesse do governo.

Com o passar do tempo, a forma de divulgação muda e as pedras são substituídas pelo papel. Tal mudança no material de divulgação favorece a periodicidade que tem a possibilidade de adotar um caráter semanal, o que era um avanço grande já que a escrita no papel é mais fácil do que o labor de esculpir as informações numa tábua de pedra. Percebemos, portanto, que a mudança tecnológica dos materiais utilizados, incidiu na logística da circulação da informação. O conteúdo divulgado, no entanto, se manteve a serviço do Estado. Ou seja, divulga-se somente aquilo que governador quer. Uma forma de prestação de contas de seus serviços à comunidade, como também, de manter sob o controle estatal as informações que pudessem prejudicar a ordem de governo.

Nessa época, portanto, não havia, ainda, o modelo de imprensa que conhecemos hoje e as informações eram passadas de boca-a-boca pelos habitantes uma vez que o índice de analfabetismo era alto e somente os mais abastados financeiramente tinham condições de enviar seus filhos para a escola ou uma tutoria escolar. A fofoca e os rumores existiam, mas diferentemente da época da Revolução Cognitiva, não buscava estritamente a cooperação social para a sobrevivência, mas também, satisfazer a curiosidade humana acerca de assuntos triviais da cidade.

Já em meados do século XV, Gutemberg revoluciona a história da leitura impressa a partir da invenção da prensa gráfica, uma vez que antes, todo material impresso era confeccionado por monges copistas e estava sob a censura da Igreja Católica. A prensa de Gutemberg marcou esta época por estar associada à Reforma Protestante que, de forma direta, pregava que a Bíblia deveria ser lida e interpretada por todos. Agora, outro 'sujeito' assume o papel do Outro, que regula e delimita o que pode ou deve ser dito: a Igreja.

Nelson Traquina (2005), afirma que na época de Gutemberg, a prensa permitia uma impressão de 50 páginas/hora, número relativamente baixo se

comparado com a invenção de Koenig, em 1814, que imprimia 1.100 páginas/hora, mas suficiente para dar o norte inicial à impressão de livros numa escala maior. Embora a prensa tenha sido importantíssima para a periodização dos meios impressos, alguns outros fatores contribuíram para o desenvolvimento do jornalismo que temos hoje: a criação da fotogravura, em 1851 e o avanço na transmissão do telegrafo, em 1844, são alguns dos exemplos para o desenvolvimento do jornalismo atual.

As tecnologias avançam, os mitos sobre as corporações midiáticas continuam e a imprensa se consolida como uma importante instituição na sociedade. Hoje, o acesso ao mundo digital faz parte do cotidiano de milhões de pessoas. O avanço tecnológico permitiu, como já adiantamos, a inscrição de diversos sujeitos ao mundo digital. Isso quer dizer que vários discursos serão fomentados e divulgados na *Web* e, com isso, a criação de diversas bolhas comunicacionais. Isto é, grupo de pessoas que se identificam com determinados discursos ou assuntos. É comum, por exemplo, identificarmos tais bolhas nos sites de relacionamentos e esta norma identificadora faz com que determinadas postagens apareçam a um determinado grupo e não a outros, mesmo que todos pertençam a mesma rede.

Este aspecto está articulado ao funcionamento das formações imaginárias "[...] que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro." (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 82, grifos do autor). Isto é, a forma como empresas e sujeitos se enxergam possui um valor de verdade. Mas, não é bem assim que acontece.

No século XVII os *canards*, jornais populares na França, faziam sucesso por divulgar todo tipo de boatos e mentiras sobre políticos e pessoas influentes na sociedade francesa. Tais jornais se popularizaram por ter um formato maior e ilustrado, diferentemente dos *pasquins*, que eram panfletos, mas que também continham em seu conteúdo injúrias e difamações que eram afixados em locais públicos. Os referidos informativos criavam um efeito de rumor enorme na sociedade e a desavença política tomava conta da sociedade. A imprensa, já naquela época, tinha no sensacionalismo e na mentira, o combustível necessário para o aumento das tiragens e, conseqüentemente, maior lucro.



Figura 2 <Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

A ilustração, publicada por Keppler & Schwarzmann em 1910, mostra o consumo de notícias inverídicas pela população de forma massiva. Desta forma, entendemos que há três aspectos a serem analisados: a primeira diz respeito ao aspecto de linguagem utilizada pelo homem e que foi suscintamente trabalhada neste tópico.

Tal linguagem é constitutiva do equívoco, da metáfora, da paráfrase, e que são amplamente utilizadas pela imprensa como forma de ‘cooptação’ do leitor para seu conteúdo. Há, neste caso, um atravessamento do capital neste aspecto que tem no lucro, o principal objetivo da instituição, como também político, uma vez que os conteúdos, em sua maioria, pretendiam caluniar sujeitos com influência na sociedade.

O segundo aspecto, é que as *Fakes News* são fenômenos de linguagem antigos e que são oriundas, como já adiantamos, do processo de constituição da imprensa que potencializavam a circulação das notícias falsas e injúrias contra diferentes sujeitos na sociedade (pasquins, *canardes*, dentre outros). O surgimento da imprensa, através de sua periodicidade, fez circular ainda mais as informações, mesmo que estas fossem classificadas como sensacionalistas.

Já o terceiro aspecto, tem relação à identificação de vários sujeitos a sites e *blogs* que não tem relação institucional com nenhum veículo de comunicação. São ‘independentes’. Logo, tais veículos não têm preocupação com a credibilidade de seu conteúdo, fato este que as diferenciam das mídias tradicionais (a credibilidade, ou o efeito desta, está diretamente ligado ao consumo da notícia, ou seja, para que haja a ‘venda’ da informação, os sujeitos leitores pressupõem que tal veículo está comprometido com a ‘verdade dos fatos’ e, sem ela, não há razão para compra-la).

No entanto, os sujeitos, “enxergam” nas *Fakes News*, divulgados por estes sites ‘independentes’, informações que validam seu pensamento ideológico, e, através dos compartilhamentos, fazem circular todo tipo de informações. Verdade e mentira passam a ser meros coadjuvantes deste ‘consumo’ ao passo que apenas a identificação ideológica com o conteúdo, torna-se predominante para tais compartilhamentos, principalmente em sites de relacionamentos e aplicativos de comunicação móveis.

Este é um ponto importante de nossa reflexão sobre as *fakes news* e a mídia tradicional, pois serve como um norte para o entendimento do funcionamento da notícia na sociedade. De um lado, temos a mídia tradicional que determina os sentidos dos fatos e divulga sua posição ideológica sobre estes. Mas, no entanto, o labor jornalístico está ligado a um acontecimento, logo, a apuração destas informações torna-se essencial para que se mantenha um status de ‘verídico’. O que mudará de uma mídia tradicional para a outra é o modo como este conteúdo será divulgado. O modo como o conteúdo é veiculado afeta os seus sentidos.

Já do outro lado, temos várias mídias digitais que não se filiam a nenhuma instituição de comunicação, não checam nenhuma informação e quando fazem, são por meio de outros jornais, mas, mesmo assim, possuem credibilidade por parte dos sujeitos leitores por haver identificação ideológica com o conteúdo, mesmo que seja uma inverdade. Estas mídias praticam uma espécie de ‘parajornalismo’ (junção de parasitismo com jornalismo), que aproveitam das mídias tradicionais para obter informações e criar os conteúdos de seus respectivos sites. Como veremos em nossa análise, há uma enorme referência destes sites para com a mídia tradicional.

4.2. *Fake News* e pós-verdade

Vimos nos tópicos anteriores, que as *fakes news* são fenômenos antigos e fazem parte constituição social humana. O trajeto que fizemos, nos permitiu analisar o homem através do aspecto da linguagem, fator fundamental para a cooperação social e constitutiva da sociedade. O equívoco e a metáfora são fatores que estabelecem relação com a linguagem e que permitiu ao homem a criação dos mais variados mitos, aos quais fazem parte do cotidiano atual desde as primeiras comunidades humanas.

Percebam que neste capítulo o ponto chave para se discutir as *fakes news* se encontra numa palavra ou num conceito que é o norte moral da maioria dos seres sociais: a verdade. Entretanto, agora, tal verdade ganha um prefixo que a classifica como participante do 'jogo' entre os sujeitos: o 'pós'. A "pós-verdade", portanto, torna-se o termo da vez e que até mesmo Oxford (uma das mais antigas e renomadas universidades do Reino Unido) a classificou como a palavra do ano em 2016.

Para o psicanalista e professor titular da Universidade de São Paulo (USP), Christian Dunker (2017), o termo pós-verdade tem uma relação com o termo pós-modernismo e explica como esta relação se estabelece:

a pós-verdade seria então uma espécie de segunda onda do pós-modernismo. Sua consequência é ao mesmo tempo lógica e reveladora da verdade brutal e esquecida na qual ambos se apoiam. Assim como a pós-modernidade trouxe o debate relevante sobre, afinal, como deveríamos entender a modernidade e principalmente o *sujeito moderno*, penso que a pós-verdade inaugura uma reflexão prática e política sobre o que devemos entender por verdade e sobre a autoridade que lhe é suposta.

Assim, ainda segundo o autor, há uma inversão entre aquilo que é considerado 'pós-moderno', daquilo que é considerado 'pós-verdadeiro', sem que haja um conflito entre ambas. Se assim pensarmos, vivemos hoje

a era da pós-verdade, e não que ela (a verdade) deixasse de existir, mas sua existência passa a ser relativizada e questionada com mais veemência. A verdade de quem? Em relação a quê? Que tipo de verdade? Assim, nesse cenário de perspectivas e opções de se obter várias 'verdades', é que podemos associar tais respostas às formações discursivas e ideológicas. Ora, o sentido sobre a terra dos índios, pode não ser a mesma para o latifundiário, como também não é a mesma para os sem-terra. No campo político assim também acontece. O *impeachment* de Dilma para uns significava o golpe político para outros. Uma verdade não sobrepõe a outra, mas exerce efeitos distintos conforme as formações discursivas as quais os sujeitos estão inscritos.

Dunker (2017, p.17), explica que embora o batismo do termo pós-verdade tenha sido em 2016, seu surgimento começou a ser elaborado em 2001, diante dos ataques das torres gêmeas, em setembro nos Estados Unidos:

a partir de então a flutuação benévola da verdade passou a ser tolerada na pauta dos costumes, e sua separação com relação às políticas de Estado e às determinações econômicas foi resolvida 'na prática' e de forma seletiva. [...] Em 2011 a verdade das armas químicas que justificaram o ataque ao Iraque mostrou-se uma ficção. O fato de que presidentes de agências de Estado pratiquem mentiras técnicas como essa, retóricas (como a 'guerra cirúrgica'), jurídicas (como a corrupção dentro da lei), apenas replica a maquiagem dos balanços (que estavam por trás das bolhas imobiliárias de 2008) e o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral.

O autor continua sua reflexão e afirma que este batismo se concretizou com os discursos vencedores das diversas campanhas políticas e que ratificaram regimes neoliberais que culminaram na ruptura entre a aliança entre o relativismo cultural e o dogmatismo econômico. Temas que há muito tempo foram explicados e comprovados cientificamente voltaram à tona como uma espécie de irracionalismo exacerbado, como a "hipótese" da terra ser plana, a validade das vacinas e suas possíveis nocivas consequências, bem como a negação do aquecimento global, se tornaram exemplos de questionamentos e

até afirmações, “certezas” explicadas por diversos discursos, principalmente o religioso, nas igrejas, e potencializadas pelas mesmas nos sites de relacionamento.

Ora, se pensarmos a pós-verdade como uma espécie de conduta sociológica, afirmaremos que ela se torna uma verdade contextual, uma vez que, como citamos acima, atende a prerrogativas específicas, como a política e a religião, por exemplo. Dunker (2017, p.18) explica que:

para os antigos, a verdade tinha três conotações. Ela era tanto a revelação grega (*altheia*) de uma lembrança esquecida quanto a precisão latina do testemunho (*veritas*) e ainda a confiança judaico-cristão da promessa (*emunah*). Por isso, a verdade tem três opostos diferentes: a ilusão, a falsidade e a mentira.

O autor continua a explicação e afirma que a pós-verdade incide diretamente no que se refere a ficção da verdade. Para Jaques Lacan (1997, p.882) a verdade possui estrutura de ficção, assim, “nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que a verdade se funda pelo fato de que fala, e não dispõe de outro meio para fazê-lo”. Esta é uma afirmação do autor que explica o porquê do inconsciente ser estruturado como linguagem e revela que a verdade fala a partir de um encontro faltoso.

Dunker (2017, p.20) explica ainda um dos motivos pelos quais a pós-verdade ser estruturada como ficção:

é porque as três faces da verdade não se ligam senão por uma ficção que se pode contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, mas também criar muitos fatos sem sentido algum e ainda fazer de conta que o que dizemos agora, neste contexto e segundo estas circunstâncias não tem nenhuma consequência para o movimento vindouro.

É sobre estas características que algumas mídias utilizam estrategicamente de notícias falsas para criar diversos efeitos na sociedade. A isso, acrescentamos, ainda, a possibilidade das mesmas inserirem informações verdadeiras em notícias falsas, para que o efeito-verdade de uma *fake news*, se torne mais consumida e/ou até, compartilhada. Ou seja, em meio a tantas informações inverídicas, há uma informação verdadeira que cria um efeito de

verdade para a notícia em uma determinada circunstância e que cria determinadas consequências articuladas.

A partir dessas reflexões, é que Dunker (2017, p.38) fala da complexidade que a pós-verdade resulta na sociedade pois a mesma envolve uma “combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis em uma mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira”. Acrescentado a isso, a “pós-verdade transfere a autoridade da ciência ou do jornalismo sério para a produção e as opiniões criando sérios efeitos” (*idem*, p.39).

Efeitos estes que certas notícias causam na determinação de sentidos sobre alguns assuntos, ou sobre determinadas pessoas. Em época de eleição, como nosso estudo pretende investigar, notícias com informações falsas podem determinar (ou ajudar) o resultado das urnas, com isso, favorecer certos candidatos em detrimento de outros. A notícia, neste caso, torna-se uma espécie de espetáculo, em que o palco que irá condenar ou absolver o sujeito, serão as tecnologias da comunicação e, em especial, a mídia digital, que está ao alcance da população em geral e que possibilita o compartilhamento das informações quase que de imediato.

A espetacularização da vida, do cotidiano ou de um fato, alimenta a indústria da comunicação ao potencializar audiências (DEBORD, 1992) e números de acessos digitais. Para isso, como um ‘teatro da vida real’, personagens são postos como protagonistas e suas histórias são contadas de forma a favorecerem ou desmerecem suas lutas, suas conquistas, seus ideais. Segundo Felipe Pena (2008, p.88) há um movimento cíclico de colocar em evidência estes personagens, para que a trama midiática se alimente da notícia como se esta fosse um filme num cinema:

a mídia produz celebridades para poder realimentar-se delas a cada instante em um movimento cíclico e ininterrupto. Até os telejornais são pautados pelo biográfico e acabam competindo com os filmes, novelas e outras formas de entretenimento. É uma Disneylândia de notícias, como se os redatores-chefes fossem Mickey Mouse e Pateta. E mesmo quando há assassinatos ou graves acidentes, o assunto principal é sempre a celebridade ou o candidato ao estrelato, que, inclusive,

pode ser o próprio assassino ou um outro delinquente qualquer.

Percebam que o autor explica que a notícia ganha um efeito de ficção televisionada ao eleger seus personagens principais e o desfecho da realidade que será contada nos telejornais. A notícia ganha o efeito de cinema, de novela e, mesmo que o personagem principal tenha cometido algum delito, este terá mais foco na trama do que as vítimas de seus atos. O amálgama entre realidade de ficção incidirá diretamente nos números da audiência, pois, a trama, de alguma forma, prende a atenção de seu público que espera ansiosa pelo seu desfecho, como num filme. Assim, a notícia virou espetáculo.

Em época de eleição assim também se faz. Candidatos são mostrados ao público em sua melhor face, em seu melhor ângulo. A empatia ou a repulsa de sua imagem pode afetar os resultados das urnas, uma vez que o sujeito eleitor votará naquele candidato que mais se identificar. As propostas de governo ficam, muitas vezes, em segundo plano, ao passo que a empatia do candidato é massivamente trabalhada pela assessoria do candidato. O sujeito-candidato é o foco e sua imagem, ou o que ele representa, será o alvo de campanha.

4. Gestos de análise

Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade — Joseph Goebbels

A pesquisa proposta será realizada através da mobilização dos princípios e procedimentos da Análise de Discurso que não é formalizada antes da leitura, escuta ou visualização exaustiva do *corpus* da pesquisa - ou seja, antes do confronto do pesquisador com a materialidade do *corpus*. Esta dialética é constitutiva da teoria materialista do discurso e a distingue das metodologias formalistas.

Eni Orlandi (1999, p.26) explica que:

a Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.

Desta forma, entendemos que a AD procura compreender como um objeto simbólico produz sentidos. Estes sentidos, por sua vez, serão compreendidos através dos gestos de interpretação a partir de um dispositivo analítico construído pelo analista. Por isso, para um melhor entendimento, Orlandi (1999, p.28) explica a diferença entre o dispositivo teórico de interpretação (arcabouço teórico da Análise de Discurso) e dispositivo analítico (construído pelo analista em cada análise).

Por outro lado, como dissemos, o dispositivo teórico, que objetiva mediar o movimento entre a descrição e a interpretação, sustenta-se em princípios gerais da Análise de Discurso enquanto uma forma de conhecimento com seus conceitos e procedimentos. O dispositivo teórico se mantém inalterado na

construção dos diferentes dispositivos analíticos. Não obstante, existe a passagem da materialidade do texto (objeto empírico) para o discurso (objeto teórico). Na AD, segundo Orlandi (1984, p.14), texto é uma “unidade de significação em que entram os elementos do contexto situacional. Ressaltando-se que o texto é a unidade que se define como tal em seu uso. É a unidade pragmática, definida no processo de interação entre falante e ouvinte”. A partir dessa noção, o analista opera o recorte, ou seja, a unidade discursiva do texto que correlaciona a linguagem e a situação.

Desta forma, a AD trabalha com a definição de recorte por considerar as condições de produção de cada situação discursiva analisada, ou seja, o recorte varia conforme o discurso analisado. Portanto, para melhor compreendermos esta noção, Orlandi (1984, p.14) explica que

o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva. Ressaltemos, então, que o recorte distingue-se do segmento porque o segmento é, simplesmente, uma unidade ou da frase ou do sintagma etc. No caso da segmentação, o linguista visa a relação entre unidades dispostas linearmente.

Já Discurso, objeto central da AD, segundo Pêcheux (1969), é efeito de sentido entre locutores em dadas condições históricas. Como o presente trabalho pretende analisar o discurso de uma mídia e conforme adiantamos anteriormente,

[...] a imprensa é constituída por uma ‘norma identificadora’, resultando da aplicação da Lei, mas ao mesmo tempo, esse discurso jurídico-político se apaga na história da imprensa, como se fosse evidente que os jornais são só veículos de comunicação. Os rituais jornalísticos, designados como devem ser, de acordo com a Lei, acabam sendo representados sob a evidência de que são unicamente e sempre assim (MARIANI, 1998, p.55)

Trata-se de uma pesquisa que visa analisar discursivamente enunciados presentes no discurso do blog *Jornal Livre*.

4.1. As (ir)regularidades discursivas

O *Jornal Livre*⁶ foi criado em julho de 2016, mês que antecede a votação do *impeachment* da presidenta Dilma que resultou no afastamento de seu cargo. Ao todo, o referido *blog* destinou em julho e agosto, 104 notícias que se referiam tanto à presidenta e seus aliados, quanto ao processo em si. Nosso *corpus* foi selecionado através do mecanismo de “arquivo” do *blog* que fica exposto ao lado direito e que é setorizado por mês. Assim, ao clicarmos na aba de julho e agosto, selecionamos as notícias que tinham como principal assunto o tema de nosso trabalho (total de 104 notícias, nosso arquivo) e selecionamos e categorizamos as dez regularidades encontradas (nosso *corpus*).

Ao todo, 47 notícias foram categorizadas em dez recortes e 3, nas contradições analisadas (total de 50). As demais notícias se encaixariam em alguma de nossas categorias, mas para que o trabalho não ficasse extenso e cansativo, não serão apresentadas na definição do nosso *corpus*. Vejamos abaixo:

O **primeiro** recorte diz respeito à história de vida política da presidenta Dilma Rousseff. O *Jornal Livre* (JL), coloca em dúvida a luta e a prisão de Dilma durante a Ditadura Militar (1964-1985), que foi um dos motes da campanha para reeleição em 2014.

1 – “Dilma Rousseff, **à beira do precipício**, voltou a negar que violou a Constituição e reivindicou sua **suposta luta contra a ditadura** e sua vitória nas urnas em uma defesa escrita no Senado, onde correm os últimos capítulos do processo de destituição. (JL, título: O cerco se fecha para Dilma – *Impeachment* já é uma realidade, em 06.07.16)

2. “O jornalista Merval Pereira comentou a recente declaração da presidente afastada Dilma Rousseff. A petista afirmou que “está lutando pela segunda vez pela a democracia”. Merval contesta a versão. **“Isso não é verdade. A presidente Dilma, durante o golpe militar (em 1964), era uma guerrilheira não pela democracia [...] ela e o grupo dela (que lutavam contra a ditadura) queriam implantar uma ditadura comunista no país”.**” (JL, título: Merval Pereira: “Como no passado, Dilma segue lutando contra a democracia”, em 25.07.16)

⁶ <https://jornalivre.com/>

3. Chamada de “**Coração Valente**” por ter, **supostamente, resistido a torturas durante a Ditadura Militar**, Dilma era elogiada por nunca ter delatado ninguém. (JL, título: PT se enfurece após Dilma ter delatado o partido no caixa 2, em 28.07.16)

Em (1), a locução adverbial de circunstância, **à beira do precipício**, indica que não há mais saída estratégica para a presidenta se livrar do processo de *impeachment*. Ou seja, o blog já dava como certo o resultado do processo ao evocar uma memória cuja expressão apresenta o sentido de ‘fim da linha’, que é comumente usada no cotidiano dos sujeitos-leitores.

Em (1 e 3), os adjetivos **suposta** e **supostamente** põem em dúvida a luta e prisão da presidenta durante o período da ditadura. Tal dúvida, serve para desconstruir a imagem da mulher forte e combatente que foi mote da campanha de Dilma Rousseff, em 2014. Há, portanto, uma modalização epistêmica, que se caracteriza em pôr em dúvida a verdade de uma proposição. Assim, há um “afastamento” entre o sujeito-jornalista para com a informação de que Dilma realmente teria sido presa durante a ditadura e que cria um efeito de ‘inverdade’.

A expressão **Coração Valente**, utilizada em campanha para ratificar essa imagem, aparece entre aspas, que indica um estranhamento do sujeito-*blog* ao imaginário de luta. O substantivo feminino **Chamada**, interligada ao mote **Coração Valente**, apresenta um tom de ironia e, num processo parafrástico, poderia ser interpretado como [Dilma, que era chamada de coração valente, ...]

Já em (2), o *blog* utiliza, em discurso direto, uma fala do jornalista Merval Pereira, que ‘desmente’ o discurso de campanha da presidente acerca da luta de Dilma pela democracia no período da Ditadura Militar. O discurso de Merval enfatiza a luta de Dilma não como uma defensora da democracia, mas sim, como uma guerrilha afim de implantar outro tipo de ditadura, que não era a democrática. Ou seja, a palavra **guerrilheira** causa um efeito oposto à defesa de um regime democrático de um país.

No excerto, **o grupo dela**, remete ao grupo que, segundo o jornalista, não lutavam pela democracia, lutavam para implementar uma “ditadura comunista”, isto é, retoma um pré-construído, um dizer já posto para o sujeito. Assim,

comunista, retoma uma imagem negativa que faz oposição à democracia, que é comumente associada ao imaginário social. “A denominação ‘comunista’, então, passa a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já se encontrariam previamente significados em termos sócio históricos” (MARIANI, 1998, p.107-108).

Ao citar a ditadura militar nos excertos destacados, o *Jornal Livre* evoca uma memória sobre dois aspectos. O primeiro, ao período de ditadura no Brasil, que durou 21 anos (1964-1985). Neste período, as forças militares governavam a mão de ferro a política do Estado e toda a mídia brasileira. Os militantes que não apoiavam o golpe militar de 64 foram caçados, presos, torturados e/ou exilados. É sobre esta memória que este recorte diz respeito.

Segundo o site Memórias da Ditadura⁷, a presidenta Dilma foi presa em 1970 e torturada por dois anos, em São Paulo (Oban e DOPS), no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Assim como ela, centenas de pessoas, inclusive os cantores Caetano Veloso, Gilberto Gil e Geraldo Vandré, que utilizavam de suas composições para fazer oposição ao governo militar. Sobre este aspecto, Rivaldo Chinem (2004, p.17), relata sobre as mortes que ocorreram nessa época e informa como os militantes de oposição eram taxados pelo governo.

Houve casos de execuções, como a de Marighela (4 de novembro de 1969) e a de Lamarca (17 de setembro de 1971); o desaparecimento do deputado Rubens Paiva (2 de janeiro de 1971) e a guerrilha do Araguaia (abril de 1972), partes de uma história que só chegou ao grande público vista pelos olhos do poder vigente. **Os personagens foram taxados de “terroristas” e tiveram seus rostos estampados em cartazes pregados em todo canto, como “procurados”.** Imaginem o clima criado: na época, desconfiava-se até da própria sombra (grifo nosso)

Ao analisarmos o excerto destacado acima, percebemos que há uma repetição do discurso do governo militar, proferido pelo jornalista Merval Pereira (2), que classificava Dilma Rousseff como uma “fora da lei”. Àqueles que lutavam pela democracia e por uma política que levasse em conta os

⁷ <http://memoriasdaditadura.org.br>

direitos a liberdade, àquela época, e agora retomada por Merval, eram classificados como terroristas.

Outro aspecto destacado por Merval (2) e que denota à segunda memória, diz respeito ao que, segundo o jornalista, Dilma Rousseff queria implantar no país “uma ditadura comunista”. Logo, tal memória, nos remete à “ditadura do proletariado”, a qual foi utilizado Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX e, posteriormente, por Lenin, para descrever o estado dos trabalhadores na transição para o comunismo. Esta transição, no caso, estaria condicionada à derrubada do estado capitalista e a superação dos modos de produção capitalista.

Assim, ambas as memórias, retomam uma memória que faz referência a dois aspectos de ditadura. Entretanto, como o presente trabalho se apropria, também, sobre os aspectos teóricos da comunicação, é interessante destacar o papel da mídia durante a ditadura militar e as principais consequências para a imprensa durante o regime no Brasil. Chinem (2004, p.16-17), explica que a censura prejudicou muito o funcionamento da imprensa no país, como também as atividades culturais que eram realizadas àquela época:

a censura empobreceu enormemente as atividades artísticas e intelectuais: durante os dez anos do AI-5, foram proibidos ou mutilados cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas programas de televisão, 100 entrevistas, mais de 500 letras de música, cerca de uma dúzia de sinopses e numerosos capítulos de telenovelas.

Desta forma, entendemos que o cerceamento da liberdade afetou diretamente diversos setores da sociedade e resultou em consequências danosas para diversos sujeitos àquela época. Neste recorte, portanto, identificamos que a memória evocada por tal discurso cria um efeito de desconstrução ideológica da imagem de Dilma Rousseff que foi amplamente massificada na campanha presidencial de 2014 (uma mulher forte e corajosa que sobreviveu a ditadura). Pôr em dúvida a luta de Dilma a descredibiliza perante os sujeitos-eleitores que se identificaram com a trajetória de luta da presidenta que foi presa e torturada durante o regime militar. Logo, tal descrédito, beneficiaria os apoiadores do processo, uma vez que qualquer coisa dita por Dilma, mesmo que em sua defesa, cairia na descrença popular.

O **segundo** recorte analisado corresponde à constante referência a outros veículos de comunicação para validação do discurso contra Dilma Rousseff. Neste caso, existe a constante referência às mídias que monopolizam a comunicação no país e que são comandadas pelas cinco famílias, conforme visto no tópico 2.2. Portanto, uma mídia contemporânea de menor alcance, referenda seu discurso ao tomar como fonte de autoridade uma mídia tradicional e que possui o monopólio de comunicação no país.

4. “**Na mais recente edição da revista *ISTOÉ*** que chega às bancas neste fim de semana, há uma matéria informando que as gráficas VTPB, Focal e Red Seg, que receberam R\$ 52 milhões da campanha da presidente afastada, em 2014, não conseguiram comprovar terem prestado os serviços declarados. As descobertas ocorreram durante auditoria realizada pelo Tribunal Eleitoral.” (JL, título: Segundo Istoé, Dilma lavou dinheiro do Petrolão, em 08.07.16)

5. “**Entretanto, em matéria publicada pelo jornal *O Globo***, no dia 10 de maio – dois dias antes de seu afastamento – a presidente assinou decretos permitindo um aumento no valor das parcelas, que passa a vigorar somente agora, no mês de julho.” (JL, título: Dilma persiste na falsa retórica dos ‘programas sociais’, em 10.07.16)

6. “**Na edição deste domingo (17), a capa da *Istoé*** tem escandalizado a população pela escala em que mordomias tem beneficiado a família da presidente afastada Dilma Rousseff.” (JL, título: Gastos de R\$ 300 mil por mês com mordomias de família de Dilma causam revolta, em 17.07.16)

7. “**Como informa o site de Lauro Jardim, para *O Globo***, a contabilidade do Palácio do Planalto hoje mostra que o impeachment terá o voto de 61 senadores.” (JL, título: Planalto trabalha com novo placar de impeachment: 61 votos, em 26.07.16)

8. “**Segundo a *IstoÉ***, Dilma é o retrato da teimosia, da persistência no erro e, acima de tudo, um retrato daquilo que há de pior na política: um político que confunde governo e partido e acaba, de fato, governando para a legenda e não para o país.” (JL, título: Brasil volta a ter governabilidade, diz IstoÉ, em 23.07.16)

9. “**Agora, segundo a revista *Época***, Dilma teria confessado a um amigo que não vê a hora de tudo isso acabar.” (JL, título: Dilma não vê a hora de terminar o mandato, diz Época, em 28.07.16)

Como podemos verificar, o JL utiliza constantemente matérias publicadas por outras mídias. Tais referências, criam um efeito distinto e que propomos denominá-lo de “efeito de validação”; isto é, divulgar uma notícia que faz referência a uma determinada instituição jornalística é criar um efeito de veracidade pois, há no imaginário social, a ideia de valor ‘verdade’ que é atribuída aos jornais e revistas, uma vez que estas são/estão ‘comprometidas’ com a ‘verdade dos fatos’. Em suma, é como se pudéssemos dizer: “Se esta informação saiu na revista *Veja*, então é verdade”.

Entretanto, como já havíamos adiantando no capítulo três, existe uma diferença entre as mídias tradicionais e as mídias que divulgam *fake news*. Enquanto a mídia tradicional necessita manter um padrão de produção que resulte na credibilidade de seu conteúdo (para manter sua rentabilidade comercial), os sites de notícias falsas não possuem esta mesma preocupação. A mídia tradicional, neste caso, sempre se aterá a um fato e, partir de sua linha editorial (ideológica), determinar como a informação será divulgada. Ou seja, aquilo que será divulgado ou não. Todavia, esta determinação deverá atender a uma demanda que proporcione à informação um efeito de transparência e imparcialidade, uma vez que a parcialidade será exercida somente pelos seus críticos articulistas. A parcialidade assumida como tal.

Os sites de *fake news*, como já observamos, não possui tal preocupação e se vale da mídia tradicional de forma parasitária uma vez que, quem tem o trabalho de apurar e desenvolver a matéria é a mídia tradicional referenciada, relegando aos sites de *fake news*, escrever suas matérias com base no trabalho alheio. O parajornalismo (parasitismo + jornalismo) denota uma prática oportunista por parte desses sites, mas, em contrapartida, pode evidenciar que grande parte das informações foram checadas e apuradas pela mídia tradicional.

É válido destacar, também, que o JL utiliza do discurso indireto para referenciar as mídias tradicionais. O *blog*, ao utilizar “de suas próprias palavras ele remete a um outro como fonte do ‘sentido’ do que ele relata (Authier, 1990, p.30). Desta forma, como discurso indireto, o JL emprega sua interpretação sobre as informações e, dito de outro modo, determina o sentido das notícias

conforme o posicionamento ideológico que ocupa e a linha editorial que mantém em circulação.

Nos excertos destacados, por exemplo, só há notícias referenciadas pela mídia tradicional que dizem respeito ao anti-pestismo. Isto é, a posição político-ideológica do JL é antipetista e, ao verificar o nosso arquivo⁸, não encontramos nenhuma notícia que seja contra outros partidos que não seja ao Partido dos Trabalhadores (PT), ou, até mesmo, favorável ao PT. Há, portanto, uma posição parcial das notícias veiculadas e referenciadas que ataca a imagem do Partido dos Trabalhadores, bem como a Lula, Dilma e demais políticos do PT.

Notemos, portanto, que tais notícias veiculadas pela mídia tradicional e replicada pelo JL, cria um discurso de instabilidade política e governamental, uma vez que são destinados conteúdos que atacam diretamente a presidenta Dilma. A incapacidade de governo, a má gestão e, até, a desistência da presidenta diante do processo, denota que as mídias tradicionais não economizaram em divulgar notícias que trazem um efeito de legitimação do golpe, uma vez que as mesmas (mídia tradicional), se inscreviam na formação discursiva que se identificava com o processo. Articulada às estas mídias, o JL obteve as fontes necessárias de conteúdo para suas publicações além da possibilidade de validação de seu discurso como verdade, conforme explicamos.

O **terceiro** recorte de nossa análise, diz respeito à crise econômica do país que, segundo o JL foi causada pela má gestão de Dilma Rousseff. Observemos nos excertos que o “como” é dito determina o efeito de culpa da presidente Dilma Rousseff. Isto é, Dilma é o agente e a causa da crise econômica no país.

10. “Além disso, **o governo de Dilma foi responsável pela crise econômica atual**, que é justamente a causa do desemprego, da inflação e da falta de dinheiro nos cofres públicos.” (JL, título: Dilma persiste na falsa retórica dos ‘programas sociais’, em 10.07.16.)

⁸ <https://jornalivre.com/>

11. “Nesse ponto, **a recessão causada por Dilma** chegou ser mais profunda do que aquela vista no Plano Collor.” (JL, título: Brasil encolheu 5,79% com Dilma – 15.06.16)

12. “As medidas políticas e econômicas adotadas pelo governo Dilma foram **devastadoras**. Os índices de desemprego e inflação não param de pioras, e isso já não é de agora.” (JL, título: O Legado Dilma: Fecham mais 91 mil postos de trabalho no país só em junho, em 28.07.16.)

13. “Os números são **assustadores**, já que há mais desempregados no país do que toda a população da Bolívia.” (JL, título: O Legado Dilma: Após reeleição da petista, desemprego aumentou em 80% no Brasil, em 30.07.16)

O discurso de atribuir a culpa da crise econômica à má gestão de Dilma possibilita a ratificação do processo de *impeachment*, uma vez que, como má gestora das atividades políticas e econômicas do país, haveria uma ‘necessidade’ de troca de gestão, que culminaria na saída permanente da presidenta do seu cargo.

Vale destacar, que o fator econômico é um importante tema para qualquer campanha eleitoral e plano de governo eleito. Logo, o discurso que atribui a culpa da instabilidade econômica e financeira do país, durante o mandato da presidenta Dilma, cria um efeito de incompetência e que pode gerar vários danos sociais, como o desemprego, por exemplo. Tal discurso, portanto, gera uma comoção popular por haver diversas identificações conforme a situação social de cada sujeito, como o desemprego e a alta nos preços dos produtos, que são pontos que possui ampla divulgação da mídia e acompanhada por diversos sujeitos.

Como parte da cadeia capitalista, o Brasil está inserido numa macroeconomia internacional e que sofre com os altos e baixos do mercado mundial, o que explicaria a crise e a decorrente instabilidade econômica e financeira. Fato que não é abordado pela mídia tradicional e pelo JL, que atribuiu toda “mazela econômica” à gestão de Dilma Rousseff.

Concomitante, selecionamos um **quarto** recorte, que diz respeito a melhoria do país com a gestão do então presidente interino, Michel Temer.

14. “Recente pesquisa da Datafolha aponta que metade da população brasileira prefere que o presidente interino, Michel Temer, permaneça no poder no lugar da presidente afastada, Dilma Rousseff. **Segundo a pesquisa, 50% da população acredita que seria melhor manter o peemedebista no poder até 2018, quando serão realizadas novas eleições presidenciais.**” (JL, título: Aprovação de Temer aumenta. Metade já prefere que ele permaneça até 2018, em 16.07.16)

15. “Desde dezembro de 2014, a **expectativa** dos brasileiros quanto a economia do país e a sua situação pessoal **nunca esteve tão em alta.**” (JL, título: Datafolha: Esperança com a economia atinge melhor patamar desde 2014, diz pesquisa, em 16.07.16)

16. “Começam a surgir sinais de **otimismo entre investidores** dentro e fora do país, conforme a Agência Estado.” (JL, título: Investidores finalmente voltam a apostar no Brasil, em 18.07.16)

17. “Ao mesmo tempo, os novos indicadores econômicos e o **clima de estabilidade** apontam para a **solidificação** do governo Temer.” (JL, título: Quero acabar logo com essa agonia”, disse Dilma, sobre impeachment, em 23.07.16)

Como podemos observar, nesta quarta regularidade existe o discurso de ‘aprovação’ do presidente interino, Michel Temer que, ao contrário do discurso em relação à gestão da presidenta Dilma Rousseff, possui boa aceitação. Há, ainda, um efeito de objetivação sobre algo subjetivo, ou seja, expectativa, clima de estabilidade, solidificação, otimismo, são características subjetivas que o JL tenta objetivar.

Em (15), observamos o discurso de esperança na revitalização do país. Revitalização esta que gera um otimismo em investidores, conforme podemos observar em (16) e a solidificação do governo Temer, em (17). Assim, compreendemos que há no JL, o discurso de apoio ao presidente interino em detrimento à presidenta Dilma. Entretanto, suspeitamos que em (14) trata-se de uma *Fake News*, uma vez que não conseguimos encontrar tal pesquisa da Datafolha que ratifique a aprovação de Michel Temer na presidência da república.

Houve, tanto nas ruas, quanto nos meios digitais, o repúdio ao governo interino através da expressão “Fora Temer”, que dominou os gritos de guerra

das manifestações pró-Dilma e que foi o mote central da campanha contra a destituição da presidenta de seu cargo.

O **quinto** recorte diz respeito a um estranhamento entre Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual é filiada. Segundo o JL, tal estranhamento se deve a não concordância entre a direção do partido e a própria Dilma referente às verbas de campanha que foram utilizadas em 2010.

18. “A cada dia, Dilma está mais solitária em sua própria defesa. **Até lideranças do próprio partido não parecem ter mais qualquer apreço em lutar por ela.**” (JL, título: Antigos aliados fogem de Dilma em Aracaju, em 26.07.16)

19. “Dilma Rousseff, em entrevista sobre a questão do caixa 2 praticado em sua campanha de 2010, declarou que isso é um “**problema do PT**”, **lavando suas mãos** da responsabilidade.” (JL, título: Dilma, em tom cínico, diz que caixa 2 é “problema do PT”, em 27.07.16)

20. “Se a imagem da presidente afastada Dilma Rousseff com seu partido PT já estava **ruim**, deve **piorar** ainda mais agora que **ela decidiu não somente dedurar o partido, como transferir toda a responsabilidade do caixa 2 para a agremiação.**” (JL, título: Dilma transfere ao PT culpa pelo caixa 2 em 2010, em 27.07.16)

21. “**Fato é que a cúpula petista está indignada com a postura da presidente afastada, e isso só reforça ainda mais as divisões internas e a desestabilização do partido.** Nos últimos anos tem se tornado cada vez mais difícil chegar a um consenso dentro da legenda, sobretudo nos últimos dois meses, quando o PT passou a sofrer duros golpes praticamente todos os dias.” (JL, título: PT se enfurece após Dilma ter delatado o partido no caixa 2, em 28.07.16)

Notemos em (18) que existe o discurso do abandono por parte dos seus aliados no momento do processo de impeachment. Este discurso é ratificado em (20), quando o JL afirma que a relação de Dilma com o seu partido deve piorar, uma vez que, segundo eles, a presidenta além de assumir, se isentou da culpa atribuindo-a ao PT. Ainda em (19), há o atravessamento do discurso religioso (...**lavando suas mãos**...), que evoca uma memória das leituras bíblicas em que Pilatos se isenta da culpa da crucificação de Cristo (Mt. 27 – vers. 24). E em (21), a confirmação do discurso de desavença entre Dilma e o PT.

Há, neste recorte, a presença dos valores-notícias sobre o aspecto de “dramatização”. Expliquemos. A partir dos critérios de noticiabilidade, Traquina (2015, p.74) explica que a dramatização diz respeito a acontecimentos que envolvem sujeitos envolvidos em acontecimentos dramáticos:

a dramatização está frequentemente ligada a outro valor-notícia, a personalização. Os acontecimentos são retratados em termos de personalidades-chave envolvidos naquilo que transpirou. Enquanto as notícias são acerca da vida organizacional, as organizações são personificadas pelos atores significativos envolvidos. **O fato de uma figura pública estar envolvida pode ser um fator decisivo para julgar algo noticiável** (grifo nosso).

O drama entre Dilma e o PT criado pelo JL, portanto, se enquadram no valor-notícia de dramatização, uma vez que ambos se tornam atores principais da trama que tem como base o abandono (18), a culpa (19), a acusação (20) e a indignação entre ambas as partes (20). A trama, criada pelo JL, se assemelha com os filmes e novelas que se utilizam da desavença como “nó” que amarra a estrutura dramática, só que, não há atores e atrizes interpretando personagens fictícios, mas sim, o drama do relacionamento entre a acusada (Dilma) e sua base parlamentar. A indústria da telenovela se apoia nesse critério, mas também, a imprensa do entretenimento, como revistas de fofoca que traz em sua capa o desfecho da trama exibida no horário nobre. Ou seja, o capital, se utilizada do entretenimento para o lucro uma vez que tais notícias, também terão boa circulação (mídia digital) e vendas (mídia impressa).

Do ponto de vista político, entretanto, analisamos que as vésperas da votação do processo, o discurso do abandono, da briga interna e da intriga entre Dilma e seu partido, e, conseqüentemente, não ter seu apoio, significa não ter o alicerce para o enfrentamento. Ou seja, o efeito deste discurso é a contraidentificação ideológica entre o PT e Dilma Rousseff, uma vez que, segundo as publicações, não havia um consenso entre ambos. É como se pudéssemos nos questionar, então, como pedir o apoio popular se nem a base possui uma instabilidade político-partidária? O discurso da desavença e da não concordância resulta na falta de credibilidade e do apoio popular, uma vez que

seu efeito pode causar estranheza por parte dos sujeitos que ainda possuísem alguma dúvida em relação ao processo em si.

O **sexto** recorte, diz respeito à sanidade mental da presidenta Dilma Rousseff. Conforme veremos a seguir, o JL questiona o equilíbrio emocional da presidenta e suas atitudes instáveis que, para o *blog*, é consequência de tal insanidade.

22. “Em uma reportagem da revista *Istoé*, feita no início de abril de 2016, foi divulgado que **Dilma ultimamente vivia sob altas doses de remédios tarja preta, visando combater inclusive surtos de esquizofrenia**” (JL, título: Fora de si, Dilma compara impeachment ao estupro e se diz vítima de machismo, em 12.07.16)

23. “A presidente afastada Dilma Rousseff soltou mais um de seus artifícios para tentar, inutilmente, se defender do impeachment. Nas redes sociais, Dilma comparou o golpe militar praticado ontem na Turquia com o seu afastamento da presidência. [...] **O simples fato de comparar as duas situações é uma evidência de delírio.**” (JL, título: Dilma delira em comparação entre impeachment e golpe militar na Turquia, em 16.07.16)

24. “A primeira vez neste ano em que Dilma e sua assessoria blefaram nesse sentido também teve como alvo a *Istoé*, devido a uma matéria mostrando **rompantes descontrolados** de Dilma, que inclusive estava tomando remédios para controle de ansiedade e raiva.” (JL, título: Blefando, Dilma ameaça processar imprensa pela terceira vez em poucos meses, em 18.07.16)

25. “Na sequência das falsas narrativas, Dilma **inventou** que o Brasil teria violado a cláusula democrática do Mercosul, mas não explicou a razão pela qual o Brasil ainda não foi expulso. Ela também **mentiu** a respeito da eleição ao dizer que Temer não teria recebido nenhum voto, quando na verdade a legislação eleitoral brasileira prevê que os votos são direcionados à chapa. [...], **Mas as meras ameaças já constituem ausência de comportamento republicado por parte de Dilma.**” (JL, título: Dilma surta e anuncia caos após impeachment, em 24.07.16)

26. “**Recentemente se noticiou que muitos líderes petistas estariam enfrentando depressão após perderem o poder abusivo.** Fontes afirmaram que nunca se viu tanta arrogância como nos últimos cinco anos da gestão petista, relacionados especialmente ao período Dilma.” (JL, título: Com arrogância, Dilma rejeita participar da Olimpíada “em posição secundária”, em 25.07.16)

27. “**Em discurso histórico, Dilma reclama por ser vista como “fria e histérica”**” (JL, título: Em discurso histórico, Dilma reclama por ser vista como “fria e histérica”, em 30.07.16)

Nos excertos destacados, constatamos que o JL apresenta o discurso da instabilidade psicológica e emocional da presidenta Dilma Rousseff frente ao processo de impeachment. Tal discurso, cria um efeito de descontrole e que, em alguns casos, não condizem com a posição social da presidente. **Surtos de esquizofrenia** (22), **delírio** (23), **rompantes descontrolados** (24), **ausência de comportamento** (25), **depressão** (26), **histérico** (27), são expressões utilizadas que servem para adjetivar negativamente a presidenta, que, teoricamente, deveria ter controle emocional por ser a representante do povo no governo.

Notamos em (25), a presença da palavra “republicado”, que em sua tradução, seria ‘reimprimido, ato de republicar’, (dicionário), ou seja, ato de publicar algo novamente. Entretanto, o *Jornal Livre* utiliza a palavra “republicado” ao invés da palavra ‘republicano’ (“...ausência de comportamento republicano...”), isto é, ausência do comportamento condizente à posição política da presidenta Dilma. Desta forma, entendemos que há um dígito falho, que segundo Orlandi (2012), caracteriza-se como um equívoco na digitação, mas que pode evidenciar mais do que uma mera troca de letas, mas também algum vestígio de implicação subjetiva.

Outro ponto interessante em nossa análise, refere-se ao modo como o discurso do *Jornal Livre* classifica psicologicamente a presidenta Dilma Rousseff através de uma histeria que a mesma afirma ser vista, ou seja, ela é histérica por ela ser vista como histérica. Em contradição a isto, verifica-se a classificação psicológica de histeria e frieza em “...Dilma reclama por ser vista como “fria e histérica”, entretanto, são duas classificações incompatíveis do ponto de vista psicológico. Frieza e histeria são pontos comportamentais adversos. Enquanto um se caracteriza com apatia frente a realidade, a outra reage com energia e com ações excessivas. Portanto, é incomum qualquer sujeito apresentar um comportamento frio e histérico ao mesmo tempo.

Desta forma, que existe a presença do *discurso transverso*, implícito do discurso de referência, isto é, um discurso outro exterior ao discurso (PÊCHEUX 2014), pois há um atravessamento do ‘discurso imaginário psicológico/psiquiátrico’ frente ao ‘discurso jornalístico’ que determina o sentido de Dilma Rousseff como instável psicologicamente e emocionalmente; logo, inapta a exercer o cargo político de presidente do Brasil. O JL, portanto, replica o discurso presente no imaginário social no que se refere às doenças psicológicas/psiquiátricas, pois, não há nenhum laudo médico legal que comprove que os sintomas destacados pelo *blog* façam parte do quadro médico de Dilma Rousseff, mas sim, um pseudo-diagnóstico atribuído ao comportamento da presidenta.

O **sétimo** recorte diz respeito a generalização que o JL faz aos partidos e a instituições jornalísticas que são contra o processo de *impeachment*. Para o blog, não há distinção, todos são petistas.

28. “Durante a leitura do parecer do impeachment pelo senador Antônio Anastasia, os petistas perderam todo o controle. O relatório apontou Dilma como responsável pelas fraudes fiscais, costumeiramente chamadas de “pedaladas”. Os senadores bolivarianos Lindbergh Farias (PT-SP), **Vanessa Grazziotin (PcdoB-AM)** e Gleisi Hoffman (PT-PR) tentaram de todas as formas atrasar o processo.” (JL, título: Petistas perdem o controle e dão chique durante leitura do parecer do impeachment, em 02.08.16)

29. “O partido, entretanto, está totalmente dividido internamente. Ninguém mais entra em acordo sobre nada. Nessas discussões, Dilma é quem se isola cada vez mais. E sua situação fica ainda pior quando até mesmo **blogs petistas, como Brasil 247**, reforçam os ataques internos do PT contra ela.” (JL, título: Dilma é ridicularizada até em blog petista após ser desautorizada por Rui Falcão, em 05.08.16)

30. “Depois do parecer emitido pelo procurador Ivan Cláudio Marx, **os petistas** ficaram alegres e viralizaram a notícia alegando que o documento neutralizaria o processo de impeachment, que é pautado em grande parte na rejeição das contas de Dilma Rousseff por unanimidade no ano passado, pelo Tribunal de Contas da União.” (JL, título: MP retira apenas uma acusação contra Dilma, mas mantém outras 22, em 21.07.16)

31. “**Petistas** já reconhecem que as eleições de outubro serão um fracasso para eles, um revés histórico. Apesar de estarem investindo pesadamente na guerrilha virtual, os números não ajudam. Enquanto páginas petistas na internet caem, páginas anti-petistas crescem.” (JL, título: PT investe na guerrilha virtual, mas militância desanima, em 27.07.16)

32. “Novamente, um órgão de mídia mais próximo das **narrativas petistas** – agora é o UOL – caiu em um ato falho e deixou escapar as reais intenções do PT por trás da narrativa de “novas eleições”. Tempos atrás, o Brasil247 também deixou escapar que em troca da narrativa falsa de “novas eleições” os senadores deveriam devolver o cargo para Dilma.” (JL, título: UOL deixa escapar que “carta por plebiscito” de Dilma não passa de truque para tentar retomar cargo, em 01.08.16)

A sétima regularidade, indica um discurso de universalização das instâncias políticas de esquerda. Para o *blog*, petistas são todos aqueles que se posicionaram contra o *impeachment*. Isso quer dizer, que existe o ato de homogeneizar os partidos políticos de esquerda, bem como algumas instituições jornalísticas. Observamos o tópico (28), a menção da senadora Vanessa Grazziotin (PcdoB-AM), juntamente com dois senadores do partido dos trabalhadores. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi um grande aliado do PT em diversas disputas políticas, inclusive, na luta contra o golpe, mas divergem em algumas tomadas de decisões políticas. Entretanto, para o *blog*, mesmo sendo do PCdoB, a referida senadora é uma petista.

Já em (29) e (32), vemos que tal classificação se aplica a instituições jornalísticas. Desta forma, há, também, um gesto de classificação do *blog* ao afirmar que tais veículos estão inscritos na ideologia de esquerda por apresentar “narrativas petistas”, isto é, um discurso que se identifica com o discurso do PT (32). Com isso, tais narrativas são veiculadas por estes veículos que possuem papel essencial “como um elemento fundamental na representação e re-produção dos ‘consensos de significação’ resultantes das hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução” (MARIANI, 1998, p.44).

Notamos que em todos os tópicos por nós destacados (28), (29), (30), (31) e (32), além de universalização política, petistas torna-se uma adjetivação,

ou seja, determinados sujeitos ou determinadas instituições são petistas por defenderem ideologias similares ao PT. É comum, socialmente, haver tal adjetivação no âmbito informal: “Fulano de tal é petista”, “Se ele defende o PT, ele é petista”, “Não comente nada com fulana porque ela gosta de Lula, então, ela é petista”; mesmo que estes sujeitos apenas se posicionem a favor de um regime de governo, ou a um plano de governo gerido pelo partido dos trabalhadores, sem que estes estejam filiados ao partido, socialmente serão classificados como ‘petistas’.

Entrementes, vale destacar que houve uma ressignificação do quadro político de esquerda no país. O conservadorismo de alguns setores e de sujeitos que ocupavam cargos políticos fez surgir uma aversão ao ‘comunismo’, em 1964 e que, hoje é transferido ao PT. Existe no imaginário social, uma associação dos termos “comunismo” e “comunista” a sentidos negativos, conforme explica Mariani (1998, p.107):

hegemonicamente, a produção de sentidos para ‘comunista’ gira em torno do ‘inimigo’, o outro indesejável. Se o lugar de inimigo já está previamente assinalado no imaginário social, significar o comunismo e os comunistas deste modo possibilita torná-los visíveis, singularizá-los e, assim, deixá-los isolados sob controle, como todo inimigo deve ficar.

Assim, tais denominações, correspondem de forma direta a sujeitos que estão sempre-já significados no contexto sócio-histórico. A ameaça comunista em 64, se ressignificou em 2016, para “petismo” e “petista”. Hoje, portanto, não é tão evidente o discurso anticomunista como era em 1964. O que existe de forma mais contundente, principalmente para aqueles que fazem oposição à formação discursiva e ideológica de esquerda, é o antipetismo, que gera efeitos discursivos muito negativos. O discurso de ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT) torna-se, em muitos casos irracionais uma vez que os sujeitos nem sabem que odeiam o partido e seus representantes, mas odeiam.

É importante destacar, também, que fica mais claro a polarização política entre direita e esquerda que fez surgir várias denominações para os sujeitos que se identificam às essas posições imaginariamente antagônicas: direitista x petista; coxinha x mortadela; fascista x comunista, dentre outros, são expressões sociais utilizadas no país para classificar os eleitores de direita e de

esquerda. Muitas vezes, essas nomenclaturas são utilizadas pejorativamente, o que resulta em discussões, rompimento de amizades e, em alguns casos, agressão física.

O **oitavo recorte** diz respeito a negação do processo de impeachment como um golpe jurídico-parlamentar-midiático denunciado pelo PT e demais partidos de esquerda.

33. “A **narrativa** de que o processo de impeachment seja um **golpe ofende os brasileiros em seu caráter e também em sua inteligência. Quem acompanha os noticiários, ainda que vagamente, sabe que o processo de impeachment de Dilma Rousseff tem seguido corretamente o rito constitucional.** Também sabem que ele tem embasamento jurídico, uma vez que a Operação Lava-Jato e todas as suas descobertas têm ocupado 80% dos noticiários desde 2014.” (JL, título: PT está em dúvida se vai usar a narrativa do “golpe” nas eleições, em 28.07.16)

34. “Em uma postura **considerada arrogante por muitos, Dilma Rousseff se recusa a reconhecer seus erros enquanto presidente e insiste em chamar impeachment – legalmente previsto – de golpe.** Desta vez, novamente, ela culpa um suposto “surto de misoginia”, alegando que milhões de brasileiros e brasileiras a querem fora porque ela é mulher. Simples assim.” (JL: título: Dilma se diz vítima de “machismo” – outra vez – por impeachment e vira piada, em 27.07.16)

35. “Em relação a **narrativa** adotada pelo PT – de dizer que o processo legal de impeachment é “golpe” -, Janaína comentou: “[**Os petistas lançam essa narrativa] porque eles não têm argumento jurídico** para fazer frente à nossa acusação. Se eles tivessem eles não precisariam ficar com esse discurso.” (JL, título: Narrativa do “golpe” é falta de argumento, diz Janaína, em 16.07.16)

36. “O maior impacto tem sido à **narrativa** de que “**há um golpe**”, **propagada pelos petistas há mais de um ano em ritmo alucinante.** Porém, a narrativa perde boa parte de seu efeito uma vez que Rodrigo Maia, apoiado em certo momento pela bancada do PT, havia votado no impeachment.” (JL, título: Narrativa do “golpe” constrange líder do PT na Câmara, em 14.07.16)

37. “25 deputados e três senadores alinhados com a extrema-esquerda francesa publicaram um manifesto onde condenam o impeachment de Dilma Rousseff, além de demonstrar “preocupação com a democracia no Brasil”. **Com erros históricos grosseiros e demonstrando grande**

desconhecimento do cenário político brasileiro, os radicais de esquerda afirmaram que o processo é “um golpe perpetrado pelos que foram derrotados nas eleições”. (JL, título: Extrema-esquerda francesa condena o impeachment de Dilma Rousseff)

A constante afirmação da legitimidade do processo pelo JL ratifica a inscrição do *blog* na formação discursiva da direita, que articulou e coordenou o processo em 2016. Em (33), notamos que o *blog* aborda o entendimento por parte dos brasileiros com base na instrução oriunda do consumo midiático, ou seja, se informar através da mídia tradicional. Logo, o discurso de golpe não convenceria os sujeitos pois, os mesmos estariam bem informados. Entendemos, então, que havia a possibilidade da não aceitação do processo por aqueles que não tivessem o hábito de se informar através dos meios de comunicação.

Há o mito, portanto, da informação transparente e que possui uma linguagem mais ‘palatável’, que é “consumida” com facilidade e sem resistência. Portanto, “a opacidade no plano da linguagem mostra sua plasticidade, e no plano da produção de sentidos, seu caráter múltiplo (MARIANI, 1998, p.29). Ou seja, é na heterogeneidade e na instabilidade dos discursos, que os sentidos, através das práticas discursivas, irão se inscrever na história. Mariani (1998, p.81), continua sua reflexão e explica que pensar a mídia como instituição apenas como informativa é desconsiderar um esquecimento importante que:

em outras palavras, a instituição jornalística ‘esquece’ que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo previamente assegurada. O ‘esquecer’, aqui, é justamente o resultado da atuação da memória histórica da formação do tipo de discurso jornalístico. O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos.

Em outras palavras, a autora reforça o pensamento que já abordamos neste trabalho, de que as instituições jornalísticas são empresas fundadas e inseridas num sistema que busca o lucro, uma vez funcionam em favor do capital e que se inscrevem, portanto, numa ideologia de mercado. Ou seja, cai por terra ‘mito romântico’ da informação como um direito, assim como, da

informação transparente e facilmente compreendida pelos sujeitos, e da notícia como ‘verdade’ e não como “uma verdade” possibilitada por uma determinação editorial-ideológica. Verificamos, ainda, que este recorte se aproxima da segunda, uma vez que, como explicamos, o *blog* faz referência ao conhecimento da mídia para se obter um efeito de credibilidade em seu discurso.

Entretanto, há, em todos os excertos, um discurso de argumentação que nega o processo como golpe ao justificar tal medida como “prevista em lei”, ou seja, para o *blog*, já que segue os trâmites jurídicos, o argumento de golpe não é válido. Este discurso foi amplamente difundido na mídia hegemônica como um contra-argumento, que, além de responder às mídias de esquerda, procurava a aceitação e o apoio popular. Portanto, houve um silenciamento por parte da grande mídia ao abordar o processo como golpe o que indica que houve uma negação de uma outra interpretação que não seja de um processo juridicamente legítimo.

Em (34), notamos um caráter subjetivo (Dilma ser considerada como uma pessoa arrogante por ‘muitos’), que adjetiva a presidenta negativamente. Já em (35), o *blog* justifica que o discurso de golpe só foi utilizado pelos ‘petistas’ por eles não terem fundamentação jurídica que a legitima-se. As aspas utilizadas em (36), indica o estranhamento do discurso do golpe por parte do *blog* e, em (37), há a negação do golpe através da desqualificação e desconhecimento do processo político nacional daqueles que o *blog* denominou como ‘radicais de esquerda’.

Em suma, o discurso de negação do processo como golpe, desqualifica, para o *blog*, o discurso da esquerda, que enxergava no processo um meio incorreto de se chegar ao poder através da tramitação sem provas que de fato compromettesse a presidenta Dilma em sua gestão. No entanto, a mídia tradicional se apoiou no discurso do “legalmente correto” para que o processo fosse levado adiante e, assim, destituir a presidenta eleita.

O que está em jogo, neste recorte, é uma (e não outra) interpretação sobre o que é, afinal, democracia, uma vez que a polarização político-ideológica justificava o trâmite do processo de Dilma Rousseff como legal, uma

vez que esta noção utilizava-se do viés jurídico; ou como golpe, a partir de uma conduta forjada para se tomar o poder de uma presidente que foi legitimamente eleita pela população. Em suma, o poder constituinte seguia o trâmite normal da democracia, para uns, e para outros, criou-se uma forma de burlar este sistema e assumir de forma antidemocrática o governo.

Outro ponto importante deste recorte que merece ser objeto de investigações futuras diz respeito a presença da expressão “narrativas”. Por que aparece a palavra narrativa num discurso jornalístico sobre política? Narrativa pode ser considerada uma tomada de posição por parte dos petistas, segundo os excertos destacados acima? Narrativa como estratégia?

O **nono** recorte diz respeito ao constante ataque à imagem do ex-presidente Lula, que, politicamente, era mentor e principal aliado de Dilma Rousseff.

38. “Durante sua mais recente viagem ao Nordeste o ex-presidente Lula tem adotado uma narrativa de ameaça contra o maior número possível de ideias e pessoas que possam se opor a ele. Conforme o site *Coluna Esplanada* informa, temos, por exemplo, uma recente ameaça proferida na qual **Lula afirma que quem votar a favor do impeachment no Senado não terá seu apoio em 2018**. A ameaça pode ter efeito reverso, uma vez que Lula se tornou um dos candidatos mais rejeitados do Brasil.” (JL, título: Lula ameaça: quem votar pelo impeachment não terá seu apoio em 2018, em 14.07.16)

39. “De acordo com delação feita por Ricardo Pessoa, da UTC, o Consórcio Quip teria repassado até R\$ 2,4 milhões para o caixa 2 da última campanha de Lula, ainda em 2006. Outro desmembramento Operação Lava-Jato, a 33ª fase se chama “Resta Um”, em referência ao ex-presidente Lula. [...] Na semana passada o ex-presidente virou réu na Lava-Jato a partir de uma denúncia por obstrução da justiça, baseada nos indícios de que Lula tenha sido mandante em uma trama para comprar o silêncio de Nestor Cerveró. **As acusações e evidências contra Lula são muitas e conforme o tempo passa, o cerco se fecha. Para alguns, é questão de tempo.**” (JL, título: Cerca de R\$ 2,4 foram embolsados por campanha de Lula, em 02.08.16)

40. “Técnicamente, o que importa neste tipo de caso são as evidências. A delação por si só não prova nada. Assim, **é bastante provável que haja**

evidências suficientes para que tenham tornado Lula em réu, e isso significa que se ele continuar dizendo que Delcídio mentiu, é possível que o ex-senador delate ainda mais coisas. **A palavra de Lula contra a de Delcídio, juridicamente, tem o mesmo peso, mas se o ex-senador tiver as provas para o que diz, Lula tem muito a perder.**” (JL, título: Lula depõe e diz que Delcídio “mentiu”. Tática pode ser tiro no pé, em 02.08.16)

41. “Via Estadão: Em manifestação de 70 páginas, o Ministério Público Federal defende a competência do juiz federal Sérgio Moro para julgar o ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva e afirma que o petista ‘participou ativamente do esquema criminoso’ na Petrobrás**. O documento, de 3 de agosto, é subscrito por quatro procuradores da República que compõem a força-tarefa da Operação Lava Jato. É o mais contundente parecer já elaborado pelo Ministério Público Federal contra Lula.” (JL, título: “Lula participou ativamente do esquema criminoso na Petrobras”, diz Procuradoria, em 05.08.16)

42. “Na semana passada, **Lula acabou se acusando publicamente** quando disse que perdeu um apoiador no Espírito Santo. **Um dia depois, a pesquisa que apontou um crescimento da popularidade de Michel Temer** no nordeste deu mais um susto no ex-presidente. Em visita a Fortaleza, Natal e Recife, Lula acabou comparecendo a encontros privados, como almoço oferecido por Camilo Santana, governador do Ceará. Nessas ocasiões, **o petista atacou sua colega Dilma Rousseff duramente. Segundo o colunista Cláudio Humberto, do Diário do Poder, Lula chegou a dizer que colocar Dilma para sucedê-lo foi “uma cagada”. A coisa chegou a tal ponto que ele já faz entre os seus colegas algumas piadas grosseiras sobre sua sucessora**, o que não surpreende muito para alguém que foi pego em ligações falando mal de vários aliados, como Clara Ant ou mesmo o movimento feminista – que, aliás, se calou diante dos fatos.” (JL, título: Lula agora amaldiçoa Dilma e teria confidenciado que será preso logo, em 08.08.16)

Nos excertos destacados, analisamos que existiu o discurso da desqualificação moral da imagem do ex-presidente Lula, que é símbolo do Partido dos Trabalhadores (PT) e principal aliado de Dilma Rousseff. Portanto, desqualificá-lo, em nossa análise, apresenta um efeito negativo à imagem das esquerdas, bem como, à presidenta Dilma. Este efeito negativo pode ser percebido na sétima regularidade, como supracitada, uma vez que “petistas” torna-se um adjetivo utilizado, em sua maioria, como algo negativo e, às vezes, pejorativamente.

Em (38), o *blog* declara que há um discurso de ameaça por parte do ex-presidente Lula, para aqueles que apoiarem o golpe. Segundo a postagem, aqueles que se manifestassem politicamente favorável ao processo, não teria seu apoio nas eleições seguintes. O apoio de Lula, neste caso, seria o principal passaporte para se eleger qualquer candidato a ocupar um cargo público. Já em (39), existe a especulação sobre o envolvimento de Lula com operações ilegais e que foram investigadas através de delações premiadas da Operação Lava-Jato. Tal especulação, cria um efeito de dúvida em relação a honestidade do ex-presidente que, para o *blog*, iria ser inevitável a comprovação de sua culpa. No excerto “Para alguns, é questão de tempo”, identificamos o caráter subjetivo para algo que poderia nem se concretizar, mas que soava como “certo”.

A subjetivação continua em (40) da comprovação de Lula como culpado e, assim, ir a julgamento, no excerto “é bastante provável que haja evidências suficientes para que tenham tornado Lula em réu”. Já em (41), em discurso indireto, o *blog* pontua no excerto “o petista ‘participou ativamente do esquema criminoso’ na Petrobrás”, como declaração do então juiz Sérgio Moro. E, por fim, em (42), observamos que o *blog*, também em discurso indireto, afirma que Lula se acusa, ou seja, admite a culpa. Entretanto, notamos neste excerto que há a recorrência de dois recortes anteriormente citados: quando o *blog* cita o aumento da popularidade do então presidente interino, Michel Temer (quarta regularidade), e de uma possível desavença entre Lula e Dilma (quinta regularidade).

Esta característica negativa, portanto, resulta num efeito negativo também à formação discursiva do Partido dos Trabalhadores, uma vez que seu líder é alvo de críticas e acusações de corrupção na gestão como presidente (de 2003 a 2011). Assim, criou-se no imaginário social o discurso de corrupção que é associado tanto Lula e Dilma, quanto ao PT, que não foi criado durante o golpe de 2016, mas sim, desde o escândalo do mensalão (entre 2005 e 2006), que se referia a compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional. Portanto, esta imagem negativa é um pré-construído, por retomar uma situação anterior e que retorna durante o processo em 2016.

Por fim, destacaremos, agora, o **décimo** recorte, que tem similaridade à regularidade anterior e diz respeito ao discurso negativo e de corrupção que é associada à presidenta Dilma Rousseff.

43. “A investigação fora autorizada no dia 20 de abril pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora-geral da Justiça Eleitoral. Ela autorizou a apuração das suspeitas de que a campanha de 2014 de **Dilma Rousseff havia utilizado gráficas na intenção de lavar dinheiro do Petrolão**. A revista informou que as apurações realizadas para evidenciar a lavagem de recursos desviados da Petrobrás deram resultado positivo. Juntas, as empresas que não conseguiram comprovar a prestação de serviços receberam a fábula de R\$ 52 milhões de reais. As empresas teriam servido de ponte para o pagamento de propinas do Petrolão.” (JL, título: Segundo *Istoé*, Dilma lavou dinheiro do Petrolão, em 08.07.16)

44. “Na última edição da revista *Istoé*, jornalistas flaglaram Paula Rousseff e Rafael Covolo, filha e genro da presidente afastada, **utilizando veículos pagos pelo governo para cumprir compromissos pessoais**. Entre os requintes ofertados a eles, encontram-se cabeleireiros, clínicas de estética, visitas a pet shops, todos de luxo.” (JL, título: Mordomias ilegais e revoltantes da família de Dilma estampam matéria da *Istoé*, em 15.07.16)

45. “O procurador Ivan Marx, que analisou seis casos em que a União atrasou o repasse de verbas a instituições bancárias, concluiu que não houve “operação de crédito” nas pedaladas fiscais, divergindo do TCU e da própria Dilma, que já havia confessado as tais pedaladas. **Entretanto, o mesmo procurador identificou algo pior: improbidade administrativa e estelionato eleitoral.**” (JL, título: MPF confirma: Dilma praticou estelionato eleitoral, em 16.07.16)

46. “O jornalista ainda nos lembra de que Dilma, desde a delação de Santana e sua esposa, já não tem mais aquele tom seguro e prepotente de outrora. E apesar de ter dito de imediato que **nunca autorizou caixa 2 na campanha, cinco dias depois resolveu jogar a bomba para o partido, alegando que foi algo feito pelo PT e não por ela.**” (JL, título: “**Honestidade de Dilma é tão real quanto a de Lula**”, diz Augusto Nunes, em 03.08.16)

47. “A matéria segue dizendo que a principal revelação que Santana e a sua mulher, Mônica Moura, se dispuseram a comprovar é que **a presidente afastada autorizou ela mesma as operações de caixa dois de sua campanha. Em síntese, não se trata de dizer que Dilma sabia do que acontecia nos bastidores clandestinos de suas finanças**

eleitorais, mas sim que ela própria comandava o jogo.” (JL: título: Dilma está apavorada com “segredos sulfurosos” da delação de Santana, em 06.08.16)

Seguindo a mesma linha discursiva do nono recorte, o atual recorte investe sobre o discurso de corrupção, só que, agora, dirigida à presidenta Dilma Rousseff. Tal prática discursiva, assim como a anterior, é a ‘degradação’ simbólica da presidenta que não poderia estar envolvida em nenhum escândalo de corrupção, pela mesma assumir a cadeira política mais representativa do país. A imagem que o JL representa da imagem do ex-presidente Lula, é a corrupta, logo, negativa frente à população, principalmente àqueles que se inscreviam em formações discursivas contrárias ao PT e a esquerda, como também, àqueles que ainda estavam em dúvida em relação ao processo.

Observamos em nossa análise, o discurso de referência à mídia tradicional (segunda regularidade), em (43) e (44). Em (43), fala de forma clara sobre lavagem de dinheiro público no chamado “Petrolão” (corrupção dentro da Petrobrás). Em (44), observamos que o JL acusa que a família da presidenta utilizou dinheiro público para fins pessoais, inclusive, para práticas consideradas socialmente como supérfluas, como cabelereiros e clínicas de estética. Já em (45), há o discurso indireto do JL ao afirmar que Dilma assumiu a culpa de ter cometido crime de responsabilidade, como também do parecer de um investigador que acusa a presidenta de ter cometido “improbidade administrativa e estelionato eleitoral”.

Em (46) observamos a similaridade com o quinto recorte, que denota o embate entre Dilma e o Partido dos Trabalhadores. Em tal excerto, segundo o JL, o discurso de culpa do caixa 2 é de responsabilidade do PT e não dela. Observamos, também, que há um discurso comparativo no título da notícia que denota um estranhamento do blog para com a honestidade tanto de Dilma quanto de Lula: **“Honestidade de Dilma é tão real quanto a de Lula”**. Há, neste excerto, a presença da ironia ao comparar a honestidade de Dilma e Lula. E, por fim, em (47), reforça o discurso de corrupção através do Caixa 2.

Do ponto de vista jornalístico, o discurso de corrupção, de fraude, de caixa dois, atende ao mercado informativo de forma direta, pois existe a

referência a algo negativo que é um valor-notícia bastante utilizado dentro critérios de noticiabilidade, segundo Nelson Traquina (2015). Assim, toda notícia negativa será amplamente divulgada porque haverá público que ‘consoma’ tal informação e, a depender do fato, esta se torna principal notícia do telejornal e/ou ocupara a principal manchete dos jornais impressos, revistas e sites de notícia.

Traquina (2015, p.74) explica que:

a) as notícias negativas satisfazem melhor o critério de frequência; b) as notícias negativas são mais facilmente consensuais e inequívocas no sentido de que haverá acordo acerca da interpretação do acontecimento como negativo; c) as notícias negativas são mais consonantes com, pelo menos, algumas pré-imagens dominantes do nosso tempo; e **d) as notícias negativas são mais inesperadas do que as positivas, tanto no sentido de que os acontecimentos referidos são mais raros, como no sentido de são menos imprevisíveis.**

Para o autor, portanto, as notícias negativas apresentam um diferencia frente às consideradas positivas, ao afirmar que estas são mais imprevisíveis, ou seja, algo inesperado e que pode chamar a atenção da audiência para algo inédito, porém, negativo. Este é o viés jornalístico que pode determinar uma notícia como a principal de uma mídia impressa para ser capa ou, no telejornal, para ser exibida como furo de notícia, afinal, na guerra entre as emissoras, o aumento da audiência está diretamente ligada a quantidade de notícias que apresentem o maior furo. Logo, quanto maior a audiência, maior será o valor dos anunciantes. É por isso que telejornais e novelas ocupam o “horário nobre” da televisão, por ter os maiores níveis de audiência e, assim, maior valor cobrado para anunciar neste horário. Mais uma vez, é o capital monetizando a comunicação.

4.2. As contradições

Ao nos deparar exaustivamente com a definição do *corpus* deste trabalho, encontramos algumas contradições que têm ligação direta com as regularidades apresentadas. A **primeira contradição**, faz referência ao recorte seis, que trata do aspecto da psicológico de Dilma Rousseff. Como vimos, o JL retratou negativamente a capacidade psicológica da presidenta, contudo, no excerto abaixo, verificaremos que o blog define tal aspecto diferentemente.

48. “É apenas uma questão de tempo para que os que hoje se julgam vitoriosos sejam colocados no devido lugar que a luta democrática e a história lhes reserva.’ Apesar dos apelos emocionais, **o povo e a oposição sabem** que Dilma não é inocente, mesmo porque **se trata de uma economista formada e de avançada idade, com muita experiência e capacidade para discernir.**” (JL, título: O cerco se fecha para Dilma – Impeachment já é uma realidade, em 06.07.16)

No excerto ***o povo e a oposição sabem***, trata-se de um saber que é universal, ou seja, um saber que é comum a todos, com a utilização do verbo na terceira pessoa do plural ([Eles] ***sabem***); há, ainda, a constituição de um saber específico, uma vez que a oração seguinte é objetiva direta (**que Dilma não é inocente...**); e, por último, a discursiva que define Dilma como ***uma economista formada e de avançada idade, com muita experiência e capacidade para discernir.***

Desta forma, entendemos que, como Dilma possui tais atributos como formação acadêmica, experiência de trabalho e maturidade, ela seja capaz de ter discernimento frente às intempéries do governo, discurso oposto ao que destacamos na regularidade seis. Ou seja, Dilma não teria competência emocional para gerir e ‘presidir’ o país, mas teria condições psicológicas para arcar com o resultado do processo e, até, ser criminalizada mediante as acusações de corrupção.

A **segunda contradição**, faz referência à regularidade sete, conforme podemos verificar:

49. “Longe de obter qualquer dividendo para a presidente Dilma Rousseff, a estratégia dos senadores **dilmista** para manobrar a Comissão e adiar a votação final com barracos, confusões e baixarias tem irritado senadores

que até então estavam indecisos. Em Brasília se diz que muitos dos indecisos optaram pela condenação de Dilma em protesto contra o comportamento adotado pela defesa da presidente afastada.” (JL, título: Manobras e barracos **petistas** irritam senadores e ampliam votos pelo impeachment, em 04.08.16)

50. “A Folha de São Paulo, uma das maiores empresas de comunicação do país, **é conhecida especialmente por ser um jornal que durante bom tempo apoiou o PT**. Chegaram a defender a narrativa de “novas eleições”, sugerida pela ainda petista Marina Silva, e o Instituto Datafolha, pertencente ao mesmo grupo, já foi duramente criticado por apresentar números destoantes das contagens da Polícia Militar sobre as manifestações pró-impeachment – normalmente muito inferiores ao número real de gente nas ruas. [...] **O editorial da Folha surpreendeu os leitores. Não era esperado que o jornal mais ligado ao PT entre os grandes meios de imprensa publicasse algo nesse sentido.**” (JL, título: Até mesmo a Folha pede agilidade no impeachment, em 04.08.16)

Como podemos observar em (49), o JL adjetiva e classifica os senadores do Congresso Nacional que são contra o golpe de “dilmista” e não de “petistas”, como de costume. Neste caso, ao adjetivar o nome da presidenta, o efeito resultante é de associação à Dilma como pessoa, e não somente à formação imaginária de esquerda como acontece com o adjetivo “petistas”. Entretanto, no título da matéria, o *blog* retorna à classificação como petistas (formação discursiva de esquerda).

Já em (50), o *blog* classifica a *Folha de São Paulo*, jornal tradicionalmente ligado à política de direita, como principal apoiadora do PT. Mesmo que o JL não adjetive a instituição como “petista”, entendemos que o excerto destacado possui tal sentido uma vez que o *blog* classificou políticos e senadores de esquerda com o referido adjetivo. Só para se ter ideia desta contradição, lembremos que no quadro da página XX, a análise de valências do portal Manchetômetro classificou o conteúdo das matérias da *Folha de São Paulo* como majoritariamente contrária à presidente Dilma Rousseff, ficando atrás apenas do jornal *O Globo*. Portanto, é contraditório o posicionamento político que o JL faz da *Folha* porque a mesma apresenta uma regularidade contrária à presidenta Dilma.

CONCLUSÃO: GOLPES DE SENTIDO

No presente trabalho, fizemos uma articulação conceitual entre as teorias da comunicação com as da Análise do Discurso, com o objetivo de compreender o funcionamento das notícias do *blog Jornal Livre*, no período do processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Para tanto, nos apropriamos de vários conceitos das referidas teorias em consonância com a realidade do monopólio da comunicação do país.

No Brasil, cinco famílias detém o monopólio da comunicação, entretanto, esta hegemonia apesar de inconstitucional, vigora no país há muitos anos. A determinação de sentidos, neste caso, atende aos interesses destas famílias que, de modo direto, possuem 26 dos 50 veículos do país com maior audiência. No processo de produção da notícia, algo é incluído, mas, também, algo é deixado de fora da veiculação por atender a uma demanda editorial que faz parte de um viés ideológico institucional.

Por não haver uma democratização midiática, as mídias de esquerda, possuem uma abrangência e um alcance muito menor, sendo relegadas às mídias alternativas, como *blogs*, jornais de sindicatos, rádios comunitárias, panfletos, dentre outros. Assim, as determinações de sentidos sobre os assuntos ficam a cargo da mídia hegemônica, logo, os sujeitos têm nessa mídia, um meio mais fácil de ter acesso às notícias e, assim, apenas uma visão sobre estas informações.

Entretanto, há neste bloco hegemônico as contradições, afinal, mesmo possuindo tal abrangência, há algo que resiste que discorda que argumenta. Os maus-funcionários, no interior das redações de jornais, são aqueles que possuem o papel de questionar o porquê de tais informações serem divulgadas deste modo e não de outro. Porque esta informação foi incluída e não outra. Porque tal viés do fato ficou de fora da notícia. Em suma, o mau-funcionário é aqueles que, mesmo no interior da formação discursiva, questiona às práticas laborais da produção da notícia. Se há algo que domina, há algo, também, que resiste.

A mídia, de forma geral, teve participação preponderante nas determinações de diversos sentidos na sociedade. Conforme analisamos, a grande mídia apoiou o golpe e destinou grande parte das coberturas jornalísticas de forma contrária à manutenção de Dilma Rousseff na presidência da república. A “fábrica” de *fakes news* trabalhou incessantemente para que as determinações de sentidos referentes ao PT, Lula e Dilma, se estabelecessem de forma negativa e, assim, tirar do poder o plano de governo do PT para instalar a “Ponte para o futuro”, do então vice-presidente Michel Temer.

As consequências desta “ponte” foram leis e projetos de leis que estão a serviço do capital e que fere os direitos dos brasileiros de forma absurda: como a PEC do Teto dos Gastos Públicos (241/2016 na Câmara dos Deputados; 55/2016 no Senado), a Reforma Trabalhista (PLC 38/2017), a Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016) e não menos importante, a Reforma da Previdência (PEC 287/16, que ainda será votado) e a Escola Sem Partido (PL 867/2015, ainda em tramitação na Câmara).

O *Jornal Livre*, nosso objeto de estudo, destinou em julho e agosto (meses que antecederam o processo de destituição da presidenta Dilma, 104 notícias que faziam referência ao processo em si, a Lula, Dilma e seus aliados (discurso *sobre*). Deste total de notícias, verificamos que em nenhuma delas há conteúdo imparcial, valor negativo a outros partidos políticos que não fosse o PT, Lula ou Dilma. Com efeito, o JL parece atender a um interesse político antipetista, uma vez que o alvo de suas matérias, foi atacar todos àqueles que, direta ou indiretamente, estivesse ligado ao partido dos trabalhadores.

Para se ter ideia, ainda depois do processo ter afastado a presidenta Dilma, nas notícias contra o PT, Lula e Dilma, continuam até fevereiro de 2018, quando o *blog*, sem aviso ou explicação, deixa de publicar matérias. É interessante questionar, também, sobre o processo de fonte de renda do JL. Quem financiou o *blog* uma vez que não há anunciantes no jornal? O local onde as propagandas deveriam ocupar estão preenchidos por avisos em inglês do servidor e as notícias são veiculadas gratuitamente para os usuários da Internet com a possibilidade para o compartilhamento nas redes sociais como

Facebook e Twitter. Assim, em nossa perspectiva, os financiadores do JL tinham interesse em todo conteúdo que pudesse prejudicar o governo Dilma, assim como o Lula, o PT, e todos os que eram contra o processo de destituição da presidenta, uma vez que houve uma generalização da esquerda como petistas (sétimo recorte).

Portanto, o valor-notícia do JL, eram todos fatos, verdadeiros ou não, informações e desinformações negativas sobre o PT, Lula e Dilma e, assim, produzir um efeito de sentido de desmoralização da imagem destes sujeitos. O JL não tinha o interesse mercadológico, ou seja, o ganhou com a notícia. Seu interesse era político e as *fakes news* atendiam a este interesse. Os valores-notícia tinham um funcionamento específico.

Os golpes de sentidos foram os ataques, de vários aspectos, às esquerdas e, principalmente, ao PT, Lula e Dilma. Estes golpes se configuraram como uma guerra de narrativas e cada recorte analisado, utilizando de uma metáfora sobre a Arte da Guerra (2006), investiram diversos ataques sobre diversos flancos, principalmente os mais frágeis: descrédito da luta de Dilma na ditadura militar; parasitismo da mídia tradicional; agente da crise política financeira do país; instabilidade psicológica/psiquiátrica da presidenta; corrupção envolvendo Dilma e Lula, dentre outros recortes analisados. Ou seja, cada recorte é um dos aspectos nesta ressignificação. Não houve um, mas vários golpes.

Outro fato analisado, diz respeito à veracidade dos fatos divulgados pelo JL. Ou seja, quais notícias se tratavam de prováveis *fake news* e quais estavam “apoiados” à verdade dos fatos. Ao analisar nosso arquivo, verificamos que das 104 notícias, 25 fazem referência a algum veículo da grande mídia. Isso corresponde a 79 possíveis *fakes news*, se considerarmos que a mídia tradicional, tem como labor, a apuração das informações para que o efeito de credibilidade perdure no sistema capitalista da “venda” da notícia. Não podemos delimitar com exatidão sobre este aspecto porque este não foi o objetivo de nosso trabalho, mas esta quantificação serve de indicativo para o funcionamento do JL que foi apontado pelo relatório de um grupo de pesquisa da USP, dentre os sites que mais veiculam notícias falsas.

Inclusive, por uma determinação da direção do *Facebook* nos Estados Unidos e aplicados no Brasil em julho de 2018, as páginas ligadas ao Movimento Brasil Livre (MBL) que mais divulgam notícias falsas foram retirados do ar. Segundo a direção da referida rede, 196 páginas e 87 contas brasileiras foram banidas do Facebook acusadas de disseminar *fake news*. Assim, mais uma vez, reiteramos que a criação do JL partiu de determinações políticas antipetistas e tinham como objetivo principal, a destituição do PT do governo federal. A partir de recortes discursivos, pudemos verificar o funcionamento do JL em relação ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Assim, analisamos através dos dez recortes discursivos que, o que estava em jogo no discurso midiático do JL, como já mencionamos, foram os vários golpes de discursos contra o PT. Não havia o compromisso de apresentar um efeito de imparcialidade, comum às mídias jornalísticas, mas sim, a pretensão de negatizar, de algum modo, a imagem do Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma. Mesmo utilizando outras mídias como referência, notamos que o *blog* atua como um parasitismo, uma vez que se apropria do labor de outra instituição (apurar e redigir diversas matérias), para repostar em sua página. Entretanto, mesmo que esta forma de 'parajornalismo' fosse comum ao sujeito que atualizava o blog, as notícias escolhidas sempre faziam referência negativa à esquerda.

O discurso negativo do JL, muitas vezes ácido e irônico, sempre retratou algo ou alguém que ligue ao PT. Os conteúdos produzidos por muitas mídias, também estão cheias de negatividade. Nós pudemos observar mais claramente sobre este discurso, no recorte número seis, quando, em nossa análise, compreendemos que os efeitos oriundos de tais matérias fazem oposição não só ao mandato da presidenta Dilma Rousseff, como também, dizem respeito a Dilma como pessoa.

Classificar a presidenta com adjetivos negativos, oriundos de uma base de um imaginário pseudo-psicologista, responsabilizá-la pela crise econômica do país, as vésperas do julgamento final do processo de *impeachment* (julho de 2016), criou um efeito de desestabilização governamental e que a melhor saída seria a destituição da presidenta. Para o JL, o afastamento de Dilma, portanto,

era a melhor saída para a mudança política e econômica do país uma vez que a mesma, segundo o *blog*, não havia condição psicológica nem administrativa para cuidar das demandas da presidência do país.

Estas demandas, segundo o JL, não foram bem administradas pela presidenta que, de forma “incompetente”, levou o Brasil à crise (terceiro recorte). Ter o discurso de crise-econômica aliada ao discurso de corrupção associados a Lula, Dilma e ao PT (recortes nove e dez), foi o prato cheio para as manifestações empreendidas pelos articuladores do processo que, além de ganhar o apoio popular (uma vez que grande parte dos brasileiros eram a favor), destituiu a presidenta eleita com 54 milhões de votos.

Destacamos com maior ênfase, às essas duas regularidades (nove e dez), que culpam Lula e Dilma pela crise financeira do país, por terem tido participação em esquemas de corrupção e uso de dinheiro público de forma ilegal. O antipetismo, hoje, se apoia nesse discurso e classifica o PT e seus associados, como corruptos e desonestos. Houve, portanto, o apagamento de todos os programas, considerados por alguns como neoliberais assistencialistas, implementados pelo governo do PT, durante os quatorze anos de mandato, que tirou o país do mapa da miséria e deu oportunidade de melhoria de vida através dos programas de governos para moradia, saúde e educação. O há, agora, é o PT como corrupto.

Em suma, o Jornal Livre atuou de forma incisiva na determinação do sentido antipetista e atacou a imagem do Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma de forma direta. Utilizando-se de conhecimentos técnicos sobre o jornalismo que atendiam à lei de mercado, que se baseia na circulação da informação, neste caso digital, o JL atuou na fronteira cinzenta entre as notícias veiculadas pela grande mídia e a disseminação de *fake news*. Valores-notícia de negatividade, dramatização, personagens e interesse público, foram bastante utilizados pelo *blog* para que as notícias tivessem circulação e, assim, criar um efeito negativo para a presidenta Dilma e ratificação do processo de destituição da mesma.

Foram muitos golpes de sentidos contra a esquerda, em 2016, e, apoiados pela grande mídia, que também destinou vários conteúdos contra o PT, saiu do

cargo político mais alto do país, de onde estava há quase 14 anos. A noção de democracia, a polarização política e os entraves do discurso entre direita e esquerda se estendem até os dias atuais. Os golpes políticos e de toda a mídia foram certos para a negação do Partido dos Trabalhadores e seus aliados. O JL atuou discursivamente de forma objetiva, e, hoje, não atualiza mais sua página.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Guilherme; SILVEIRA, Juliana. **Pós-Verdade e Fake News: Equívocos Do Político Na Materialidade Digital**. In.: Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Recife: SEAD, 2017.

ALTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas. In: **O discurso e suas análises**. Cadernos de Estudos Linguísticos, 1990. Campinas, nº19, jul/dez. 1990:25-42.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

_____. **Sobre a Reprodução**. [1995] Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Introdução de Jacques Bidet. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BECK, Maurício; ESTEVES, Marcel da S. **O sujeito e seus modos** – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. Revista Leitura, Maceió, v.50, 2012.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. – São Paulo: Anita Garibaldi / Associação Vermelho, 2009.

_____. **Blogueir@s, uni-vos (mas nem tanto...)**. – São Paulo: Anita Garibaldi / Associação Vermelho, 2014.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha**: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. – São Paulo: Disal, 2004.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.

DUNKER, Christian et all. **Ética e pós-verdade**. – Porto Alegre: Dublinense, 2017.

FLUSSER, V. **O que é comunicação?** In: _____. O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. (Orgs.). **Crítérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. – 5ª ed. – Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

GALLO, S. Leda et al. **Projeto Metarede: investigando discursividades online e textualidades digitais**. In: FLORES, Giovana G Benedetto et al (org). Discurso, cultura e mídia: pesquisas em rede. - Palhoça : Ed. Unisul, 2015.

GUILHAUMOU, Jacques et al. Efeitos do arquivo. In: **Discurso e Arquivo: experimentação em análise do discurso; tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens** – Uma breve história da humanidade. Trad. Janaína Marcoantonio. – 33ª. ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In.: GADET, F. & HAK, T. (orgs) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

INDURSKY, Freda. **O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos**. In: FLORES, Giovana G Benedetto et al (org). Análise do Discurso em Rede: Cultura e Mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

_____. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** – Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual:** ensaios sobre o colapso da razão ética - São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo : Editora UNESP, 2005.

LACAN, Jacques. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Linguagem Jornalística.** São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Estrutura da Notícia.** 6.ed. - São Paulo: Ática, 2006.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922- 1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação:** mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Segmentar ou recortar.** In *Linguística: questões e controvérsias*, publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Série Estudos – 10, 1984, pp. 9-26.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Vozes, 1996.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Discurso em Análise:** Sujeito, Sentido, Ideologia. – 3ª ed. -. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

_____. Quando a falha fala. In: ORLANDI, Eni. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p.69-82.

PÊCHEUX, Michel. [1969]. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

_____. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. 5.ed. Campinas: Ed.Unicamp. 2014b.

_____. **Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes**. Trad. Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. Décalages – an Althusser Studies Journal, v. 1, n. 4, 2014c.

_____. **Papel da Memória**. In: ACHARD, P. et al. (Org.) Papel da memória. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo. **Das mídias de massa à massa de mídias**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SILVEIRA, Juliana da. **O discurso político ordinário: rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags políticas no Twitter**. 2015. Tese (Doutorado Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

THOMPSON, J. (1998). **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. 8. ed. Petrópolis: Vozes.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Volume II**. – Florianópolis: Insular, 2015.

Tzu, Sun. **A arte da guerra**. Trad. de Sueli Barros Cassal. - Porto Alegre: L&PM, 2006.

ZIZEK, Slavoj. **Problema no paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2015.